



ISPA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

***“Diz-me com quem andas e dir-te-ei quem és”*: Influência dos grupos de pares na Desviância Juvenil**

Joana Rita Cardoso Ferreira

Orientador de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA GOUVEIA PEREIRA

Coordenador de Seminário de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA GOUVEIA PEREIRA

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA CLÍNICA

2016

Dissertação de Mestrado realizada sob orientação da Professora Doutora Maria Gouveia Pereira, apresentada no ISPA – Instituto Universitário para a obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica.

Agradecimentos

Não foi um caminho fácil mas finalmente chegou ao fim. Dizem que se está difícil é porque está no caminho certo e assim espero eu. Chegar ao fim desta longa caminhada só foi possível graças à ajuda de determinadas pessoas a quem eu desde já agradeço do fundo do meu coração.

Começo pela Professora Doutora Maria Gouveia Pereira que desde o início me auxiliou e motivou através dos seus conhecimentos e palavras. É sem dúvida um exemplo a seguir, em que podemos ver paixão pelo que faz. Foi essa mesma paixão que me fez escolher a temática dos comportamentos desviantes. Sem a orientação de umas das melhores investigadoras desta área, a realização desta tese ter-se-ia revelado inviável. Obrigado Professora.

O meu segundo agradecimento vai para uma pessoa que entrou na minha vida como colega e agora permanece como grande amiga, a minha querida Cátia Barata. Também ela percorreu o mesmo caminho que eu e juntas partilhámos todas as nossas angústias e medos referentes às nossas teses, dando força uma à outra. Foi sem dúvida o que de mais precioso recebi destes cinco anos a estudar no ISPA, a par de todos os conhecimentos adquiridos. Obrigado Cátia, sabes que estarás sempre no meu coração.

Como não poderia deixar de ser, o próximo agradecimento vai para os meus pais que sempre trabalharam para eu concretizar o meu sonho de ser psicóloga. Eles são a base da minha vida e tudo o que desejo é deixá-los orgulhosos. Obrigado queridos pais.

Muitos podem não compreender mas tenho também que referir a minha amada cadela, Nikita, que passou longas horas a meu lado enquanto eu escrevia cada palavra desta tese. O significado dela na minha vida é impossível de explicar. O olhar dela diz-me tudo.

Por fim e porque dizem que os últimos são os primeiros quero agradecer ao homem que caminha comigo há sete anos, que me levanta sempre que eu caio, que acredita em mim mesmo quando eu não acredito. Refiro-me ao meu marido, José Galvão, que durante este percurso esteve sempre a meu lado, aliás, por vezes, caminhando mais à frente para me mostrar o caminho, dizendo-me várias vezes que eu chegaria ao fim com sucesso.

Resumo

Este estudo teve como objetivo primário explorar a relação entre os grupos de pares e os comportamentos desviantes, assim como a relação entre o autocontrolo e a conduta desviante. Como segundo objetivo, pretendeu-se compreender de que forma a perceção da gravidade dos comportamentos desviantes é influenciada pelos grupos de pares, perpetuando assim uma trajetória desviante no desenvolvimento dos jovens.

A amostra do estudo é constituída por 178 alunos de uma Escola Secundária de Lisboa, com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos de idade. Neste estudo recorreu-se aos seguintes instrumentos: Escala de Autocontrolo (Fonseca, 2002), Escala de Identificação ao grupo (Miranda & Gouveia-Pereira, 2004), Escala de Comportamentos Desviantes (Sanches & Gouveia-Pereira, 2013) e Escala da Perceção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes, uma adaptação da Escala de Comportamentos Desviantes (Sanches & Gouveia-Pereira, 2013).

A análise dos resultados demonstrou que não existem diferenças significativas entre os tipos de grupo (formal e informal) e os comportamentos desviantes assim como não existem diferenças significativas na perceção da gravidade dos comportamentos desviantes entre os diferentes tipos de grupo. No entanto, os resultados demonstraram que a perceção da gravidade dos comportamentos desviantes media parcialmente a relação entre o autocontrolo e os comportamentos desviantes.

Palavras-Chave: Grupos de Pares, Comportamentos Desviantes, Autocontrolo, Perceção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes

Abstract

This study had, as its primary purpose, to explore the relationship between peer groups and deviant behaviours, as well as the relationship between self-control and deviant conduct. As for a secondary goal, it was desired to comprehend the way the perception of seriousness of the deviant behaviours was influenced by peer groups, therefore perpetuating a deviant trajectory in the youth's development.

The sample of this study was composed by 178 students who belonged to a Lisbon high school, with comprehended ages between 15 and 18 years old. This study used the following instruments: Self-control Scale (Fonseca, 2002), Group Identification Scale (Mirand & Gouveia-Pereira, 2013) and Perception of Seriousness of Deviant Behaviour Scale, and adaption of Deviant Behaviours Scale (Sanches & Gouveia-Pereira, 2013).

The analysis of the results demonstrated that there no significant differences between the types of groups (formal and informal) and the deviant behaviours as well there no significant differences between perception of seriousness of the deviant behaviours and the types of groups. However, the results showed that the perception of the seriousness of deviant behaviours partially mediates the relationship between self-control and deviant behaviour.

Key-words: Peer Groups, Deviant Behaviours, Self-control, Perception of Seriousness of the Deviant Behaviours

Índice

Introdução	I
1. Desviância Juvenil: definição conceptual e sua caracterização	2
2. Etiologia do Comportamento Desviante	4
2.1. Etiologia individual	4
2.2. Etiologia Social	5
2.3. Etiologia familiar	6
3. O Papel do Autocontrolo nos Comportamentos Desviantes	7
4. Fatores de Risco	9
5. A Adolescência e a Influência das Relações com os Pares	11
5.1. Grupos Formais e Grupos Informais	14
6. A Identificação ao Grupo de Pares	16
7. Perceção dos adolescentes sobre a gravidade dos comportamentos desviantes	19
8. Objetivos, Hipóteses e Questões de Investigação	22
Método	26
1. Participantes	26
2. Instrumentos	27
2.1. Escala de Autocontrolo	27
2.2. Escala de Identificação ao Grupo	27
2.3. Escala dos Comportamentos Desviantes	28
2.4. Escala da Perceção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes	28
3. Procedimento	29
Resultados	31
1. Análise Descritiva das Variáveis em Estudo	31
1.1. Tipos de Grupo	31
1.2. Comportamentos Desviantes	32
2. Resultados Relativos às Hipóteses	35
2.1. Tipo de Grupo e Comportamentos Desviantes	35
2.2. Tipo de Grupo e Perceção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes	35
2.3. Identificação ao Grupo e Comportamentos Desviantes	36
2.4. Autocontrolo e Comportamentos Desviantes	36

2.5. Mediação entre o Autocontrolo e a Perceção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes	37
2.6. Diferenças entre o Número de Jovens Detidos e o Autocontrolo, os Comportamentos Desviantes e a Perceção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes	38
Discussão	41
1.Discussão dos Resultados	41
2. Limitações e Futuros Estudos	49
3.Considerações Finais	50
Referências	52
Anexos	58
Anexo A: Estatística Descritiva das Variáveis em estudo	59
Anexo B: Análise das Qualidades Psicométricas dos Instrumentos em Estudo.....	60
Anexo C: Análise Fatorial dos Instrumentos em Estudo	61
Anexo D: Testes à Normalidade das Distribuições	62
Anexo E: Autorização dos Encarregados de Educação	63
Anexo F: Autorização dos Alunos.....	64
Anexo G: Estatística Descritiva dos Tipos de Grupo	65
Anexo H: Estatística Descritiva dos Comportamentos Desviantes	66
Anexo I: Análise Estatística entre o Tipo de Grupo e os Comportamentos Desviantes.....	71
Anexo J: Análise Estatística entre o Tipo de Grupo e a Perceção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes	72
Anexo K: Análise Estatística entre a Identificação ao Grupo e os Comportamentos Desviantes	73
Anexo L: Análise Estatística entre o Autocontrolo e os Comportamentos Desviantes.....	74
Anexo M: Análise Estatística Referente à Mediação entre o Autocontrolo e a Perceção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes	75
Anexo N: Análise Estatística para as Diferenças entre o Número de Jovens Detidos e o Autocontrolo, os Comportamentos Desviantes e a Perceção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes	79

Lista de Figuras

Figura 1: Gráfico de frequência segundo o tipo de grupo.....	31
Figura 2: Gráfico da frequência dos diferentes grupos.....	32
Figura 3: Gráfico dos três comportamentos desviantes mais praticados em grupo.....	33
Figura 4: Gráfico dos três comportamentos desviantes mais praticados sozinhos.....	34
Figura 5: Modelo de Mediação.....	38

Lista de Tabelas

Tabela 1: Distribuição da Amostra Segundo Idade e Género.....	26
Tabela 2: Frequências dos Anos de Escolaridade por Género.....	26
Tabela 3: Estatística de Frequência de Reprovações.....	27
Tabela 4: Estatística Descritiva do Autocontrolo, dos Comportamentos Desviantes e da Perceção da Gravidade dos comportamentos Desviantes para os Jovens com Detenções.....	40
Tabela A1: Estatística de Frequência Segundo o Meio Familiar.....	59
Tabela B1: Estatística Descritiva da Escala de Autocontrolo.....	60
Tabela B2: Estatística Descritiva da Escala de Identificação ao Grupo.....	60
Tabela B3: Estatística Descritiva da Escala de Comportamentos Desviantes.....	60
Tabela B4: Estatística Descritiva da Escala de Perceção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes.....	60
Tabela C1: Teste de Validade da Análise Factorial (KMO) para a Escala de Autocontrolo.....	61
Tabela C2: Teste de Validade da Análise Factorial (KMO) para a Escala de Identificação ao Grupo.....	61
Tabela C3: Teste de Validade da Análise Factorial (KMO) para a Escala de Comportamentos Desviantes.....	61
Tabela C4: Teste de Validade da Análise Factorial (KMO) para a Escala de Perceção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes.....	61
Tabela D1: Teste à Normalidade das Distribuição para as Escalas em Estudo.....	62
Tabela G1: Estatística de Frequência Segundo o Tipo de Grupo.....	65
Tabela G2: Estatística de Frequência Segundo a Pertença a um Tipo de Grupo.....	65
Tabela H1: Estatística de Frequência dos Comportamentos Desviantes.....	66
Tabela H2: Estatística de Frequência dos Comportamentos Desviantes Realizados em Grupo e Sozinhos.....	67
Tabela H3: Estatística Descritiva dos Três Comportamentos Desviantes mais Realizados em Grupo.....	68
Tabela H4: Teste t-Student para as Diferenças Segundo o tipo de Comportamento Desviante Praticado e a Prática desse Comportamento Sozinho e em Grupo.....	68

Tabela H5: Estatística Descritiva dos Três Comportamentos Desviantes mais Realizados Sozinhos.....	69
Tabela H6: Teste t-Student para as Diferenças Segundo o tipo de Comportamento Desviante Praticado e a Prática desse Comportamento Sozinho e em Grupo.....	69
Tabela H7: Estatística de Frequência de Jovens Detidos.....	70
Tabela I1: Teste t-Student para as Diferenças Entre os Tipos de Grupo e os Comportamentos Desviantes	71
Tabela I2: Estatística Descritiva dos Comportamentos Desviantes Segundo os Tipos de Grupo	71
Tabela J1: Teste t-Student para as Diferenças Entre o Tipo de Grupo e a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes	72
Tabela J2: Estatística Descritiva dos Comportamentos Desviantes Segundo os Tipos de Grupo.....	72
Tabela K1: Estatística de Frequência Segundo a Identificação ao Grupo	73
Tabela K2: Estatística Descritiva dos Comportamentos Desviantes em Função do Tipo de Grupo e da Identificação ao Grupo.....	73
Tabela K3: ANOVA Two-way para os Comportamentos Desviantes em Função do Tipo de Grupo e da Identificação ao Grupo.....	73
Tabela L1: Análise das Correlações de Pearson entre o Autocontrolo e os Comportamentos Desviantes.....	74
Tabela M1: Sumário do Modelo de Regressão Linear entre o Autocontrolo e a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes.....	75
Tabela M2: ANOVA da Regressão Linear entre o Autocontrolo e a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes.....	75
Tabela M3: Coeficientes da Regressão Linear entre o Autocontrolo e a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Delinquentes.....	75
Tabela M4: Sumário do Modelo de Regressão Linear entre o Autocontrolo e os Comportamentos Desviantes.....	75
Tabela M5: ANOVA da Regressão Linear entre o Autocontrolo e os Comportamentos Desviantes.....	76
Tabela M6: Coeficientes da Regressão Linear entre o Autocontrolo e os Comportamentos Delinquentes.....	76

Tabela M7: Sumário do Modelo de Regressão Linear entre e a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes e os Comportamentos Desviantes.....	76
Tabela M8: ANOVA da Regressão Linear entre e a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes e os Comportamentos Desviantes.....	76
Tabela M9: Coeficientes da Regressão Linear entre e a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes e os Comportamentos Desviantes.....	77
Tabela M10: Output das Correlações do Modelo de Regressão Linear entre o Autocontrole, a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes e os Comportamentos Desviantes.....	77
Tabela M11: Sumário do Modelo de Regressão Linear entre o Autocontrole, a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes e os Comportamentos Desviantes.....	77
Tabela M12: ANOVA da Regressão Linear entre o Autocontrole, a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes e os Comportamentos Desviantes.....	77
Tabela M13: Coeficientes da Regressão Linear entre o Autocontrole, a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes e os Comportamentos Desviantes.....	78
Tabela M14: Variáveis excluídas da Regressão Stepwise entre o Autocontrole, a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes e os Comportamentos Desviantes.....	78
Tabela N1: Teste t-Student para as Diferenças Segundo o Autocontrole, Comportamentos Desviantes e a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes.....	79

Introdução

Diz o famoso ditado português que *“diz-me com quem andas e dir-te-ei quem és”*. Será totalmente verdade? Será que por um adolescente ter amigos delinquentes significa que seja ele também delinquente? É o que se pretende analisar neste estudo, ou seja, verificar se os grupos de pares influenciam os comportamentos desviantes como tem sido proposto por vários autores que se debruçam sobre o estudo da desviância juvenil e dos grupos de pares.

Falar de jovens implica necessariamente falar dos grupos de pares, uma vez que estes são extremamente importantes para o desenvolvimento psicossocial da criança ou adolescente, na medida em que oferecem um sentido de pertença, uma ajuda emocional e normas de comportamento (Carvalho, 2011). A adolescência é uma fase vulnerável ao desvio da norma e é marcada pela influência que o grupo de pares exerce, tanto no que se refere a boas condutas como nos comportamentos desviantes (Ferreira, 2000). São vários os estudos que sugerem a existência de uma relação entre o grupo de pares e a delinquência (Emler & Reichler, 1995; Farrington, 1992; Emler, Houghton & Durkin, 1999; Hirschi, 2002).

A literatura além de apontar variáveis sociais, como o grupo de pares, para explicar os comportamentos desviantes, aponta também variáveis individuais que podem originar, direta ou indiretamente uma conduta desviante. O autocontrolo é uma variável que tem sido estudada por vários autores, que referem existir uma ligação direta entre o autocontrolo e a desviância juvenil. A Teoria Geral do Crime (Gottfredson e Hirschi, 1990) estabelece uma relação entre o autocontrolo e os comportamentos desviantes, afirmando que uma ausência de autocontrolo pode ser um preditor de condutas desviantes por parte dos indivíduos.

Neste estudo, numa tentativa de compreender melhor o fenómeno da desviância juvenil, ter-se-á em conta a influência dos grupos de pares, que representam uma importante entidade social (Palmonari, Pombeni & Kirchler, 1992) no desenvolvimento dos jovens. Pretende-se analisar e compreender a influência dos grupos de pares na adoção de condutas desviantes por parte dos adolescentes, tentando entender de que forma estes influenciam a perceção do jovem sobre a gravidade dos comportamentos desviantes praticados por si e pelo seu grupo.

Paralelamente e tendo em conta o que a literatura nos diz sobre o autocontrolo em relação às condutas desviantes, esta variável individual não poderia ser esquecida, sendo também uma variável importante deste estudo. Assim, recorrendo a variáveis individuais e sociais, como o autocontrolo e o grupo de pares, pretende-se compreender melhor a génese dos comportamentos desviantes.

1. Desviância Juvenil: definição conceptual e sua caracterização

Existem diversos autores que se dedicam ao estudo da conduta desviante, sendo este um tema muito estudado que gera alguma controvérsia quanto à sua definição, sendo por vezes utilizadas definições diferentes para o mesmo conceito. Assim, torna-se imperativo fazer uma breve explicação dos vários conceitos existentes, que dizem respeito às condutas desviantes dos jovens.

Começemos pela definição de comportamento antissocial, que confunde-se por vezes com a definição de delinquência ou comportamentos desviantes. De acordo com Negreiros (2001), o comportamento antissocial diz respeito essencialmente a diversas atividades associadas a transgressões de normas ou expectativas sociais, tratando-se de comportamentos persistentes e de diferente gravidade. Trata-se de um conceito muito abrangente que pode englobar comportamentos como agressões, furto, vandalismo, isto é, atos que vão contra as normas estabelecidas pela sociedade em que o sujeito está inserido, sem que impliquem necessariamente uma violação das normas legais. Os comportamentos antissociais têm grande estabilidade ao longo da vida (Farrington, 1992), sendo que o melhor preditor do comportamento antissocial futuro é o comportamento antissocial passado (Tremblay & LeMarquand, 2001) e a idade em que se iniciou (Farrington, Loeber & Van Kammen, 1990). Atualmente é consensual que o início precoce (i.e., antes dos 12 anos de idade) nas atividades antissociais implica um risco acrescido de duas a três vezes na evolução para a delinquência persistente, em que os crimes graves são cometidos de forma continuada (Loeber & Farrington, 2001; Farrington, Loeber & Kalb, 2001) e a investigação sugere também que os melhores preditores do comportamento antissocial infantil e juvenil se encontram ao nível das características individuais e familiares (Wasserman & Seracini, 2001). Os investigadores têm feito tentativas sistemáticas de categorização das manifestações desses comportamentos antissociais. Gottfredson e Hirschi (1990) concebem o autocontrolo como um traço tendencialmente estável ao longo da vida, mais ou menos desenvolvido em função do indivíduo, e que funciona como barreira entre o indivíduo e os benefícios obtidos através do crime. Um autocontrolo baixo que se desenvolva cedo na vida do indivíduo, devido a comportamentos educativos inadequados por parte dos pais, aumenta a probabilidade do surgimento precoce de atos antissociais e de que estes se mantenham durante mais tempo.

Moffitt (1993) descreve duas modalidades distintas de percursos antissociais, as quais designa por comportamento antissocial limitado à adolescência e comportamento antissocial persistente ao longo da vida. O primeiro, e tal como o nome indica, estaria confinado à própria

adolescência e terminaria com o início da idade adulta, podendo ser caracterizado como fenómeno transgressivo normativo, quase universal e delimitado no tempo, fomentado pela vontade de acesso a recursos materiais e de *status*. Para Moffitt (1993), o comportamento antissocial persistente ao longo da vida engloba um menor número de indivíduos, cujas manifestações antissociais emergiriam em idades precoces e se manteriam ao longo da vida, como resultado de vulnerabilidades neuro-psicológicas e contextos educacionais prejudiciais, onde os próprios pais têm dificuldades de temperamento e de personalidade semelhantes, possivelmente devido a antecedentes genéticos.

Contrariamente ao comportamento antissocial, a definição de delinquência, implica necessariamente, segundo Hirschi (2002), a prática de qualquer comportamento que viole uma norma legal. De acordo com este autor, um delinquente é o indivíduo que através de determinado comportamento viola uma norma social, sendo por isso, condenado pelos seus atos. Daqui resulta o entendimento de que um jovem com comportamento antissocial não tem que praticar necessariamente comportamentos delinquentes e vice-versa. Neste sentido, a delinquência juvenil deve ser entendida como uma infração criminal praticada por uma criança ou jovem e que envolve um conjunto de respostas e de intervenções institucionais de modo a condenar e julgar a criança ou jovem pelos seus atos (Silva, 2010). De acordo com Negreiros (2010), a delinquência juvenil à semelhança de outros conceitos, pode ser definida de formas distintas tendo em conta a corrente a que se dirige, isto é, legal e sociológica.

Loeber e Farrington (2001) admitem a existência de três percursos na evolução dos comportamentos delinquentes: a) agressiva/versátil, b) não agressiva e c) exclusivamente de abuso de drogas. Cada um destes apresentaria características distintas. Na *agressiva/versátil*, por exemplo, haveria problemas de comportamento na infância, comportamentos agressivos, com relações muito pobres, problemas de hiperatividade/impulsividade/atenção, competências sociais deficientes, entre outros. Estes autores conceptualizam ainda a existência de três linhas de evolução na delinquência: a) conflito com a autoridade, b) encoberta e c) aberta. Cada uma destas linhas estaria associada a uma idade específica de início e seguiria uma sequência previsível, sendo que combinações destas levariam às trajetórias distintas acima referidas. Kazdin (1996), divide os ofensores juvenis em dois subtipos: *agressivo* e o *delinquente*. Os de tipo *agressivo* seriam caracterizados por comportamentos como lutas, atos de crueldade para com pessoas/animais e/ou destruição de propriedade. Os indivíduos de tipo *delinquente* seriam caracterizados pela prática de furtos, fugas de casa ou escola, mentiras crónicas e atos de fogo posto. O subtipo *agressivo* parece ser mais estável ao longo do tempo, havendo até mesmo

evidências empíricas fortes para o percurso delinquencial deste tipo de indivíduos. Certos sujeitos poderiam demonstrar uma combinação híbrida de ambos os subtipos.

Um conceito muita vezes confundido com a delinquência juvenil, é o conceito de desviância juvenil, que segundo Sanches e Gouveia-Pereira (2010), deve ser entendido como o conjunto de comportamentos que violam as normas e expetativas sociais, sem que estejam implicadas a violação de quaisquer leis penais. Simões (2007) menciona que o desvio está intimamente ligado aos valores, normas, princípios éticos ou legais válidos na sociedade e na cultura na qual o sujeito esteja inserido. Percebe-se assim que a definição de desvio engloba sempre um quadro de referências morais de um determinado grupo social. Partindo desta premissa, podemos definir o comportamento desviante como qualquer comportamento que transgrida ou viole as normas ou expetativas sociais de um grupo social (Fonseca, Simões, Rebelo & Ferreira, 1995).

Conclui-se assim que termos como comportamentos antissociais e comportamentos desviantes enquadram-se numa perspetiva sociológica, sendo que o fenómeno da delinquência está associado geralmente a uma perspetiva jurídica. Desta forma, nesta tese será adotada uma perspetiva sociológica, em que a desviância juvenil, leia-se, comportamentos desviantes praticados por jovens, será o principal objeto de estudo.

2. Etiologia do Comportamento Desviante

A literatura aponta para a compreensão de alguns autores tentarem compreender o que é que causa o comportamento antissocial e, por extensão, aquilo que a lei considera crime. A literatura aponta para a existência de abordagens causais agrupadas por questões práticas na clássica divisão de acordo com a etiologia individual, sociológica e familiar.

2.1. Etiologia individual

O primeiro ditado encerra a ideia da imutabilidade daquilo que, tendo nascido com algum defeito, está irremediavelmente condenado a viver com ele. Contem pois a ideia de que as características biológicas que explicam o percurso desviante de alguns indivíduos é difícil modificar com êxito as marcas da nascença. Referimo-nos à etiologia individual com uma abordagem biológica que, a par da abordagem sociológica, traça um dos precursores do estudo do comportamento criminoso.

Lombroso e os seus pares labutaram arduamente em prol desta abordagem (e.g. Lombroso & Ferrero, 2003), adaptando os conhecimentos da frenologia e antropometria para construir um perfil do criminoso nato. Dos vários trabalhos realizados salientamos, por exemplo, estudos com gémeos focados em características cromossómicas, onde se revelou a relação entre a presença de um cromossoma Y extraordinário, presente na síndrome XYY, e a prática de comportamentos ilícitos (Stochholm, Bojesen, Jensen, Juul & Gravholt, 2012). Outros estudos permitiram compreender a associação da conduta desviante de irmãos gémeos monozigóticos que partilham o mesmo património genético (e.g. Rowe & Osgood, 1984).

Importa destacar, os trabalhos de Schneider (1980) que introduziu o termo personalidades psicopáticas e, mais tarde, de Pinatel (1987) que sistematizou o conceito de personalidade criminal, descrevendo-a num registo de hipertrofia dos traços nucleares da personalidade, entre os quais, o egocentrismo, a labilidade, a agressividade e a indiferença afectiva. Seguiram-se as múltiplas concepções da personalidade criminal, desde o modelo tridimensional de Eysenck (1990), ao modelo dos cinco fatores da personalidade (e.g., Costa & McCrae, 1985; Costa & Widiger, 1994).

2.2. Etiologia Social

Para as perspetivas sociológicas os comportamentos delinquentes são comportamentos sociais que estão relacionados com o desenvolvimento psicossocial do indivíduo assim como com a vivência deste na sociedade, através da família, escola e grupos de pares (Born, 2005; Carrilho, 2000). As perspetivas sociológicas revelam-se de uma grande importância para a explicação dos comportamentos desviantes e consequentemente da delinquência uma vez que permite-nos explicar o fenómeno do desvio atendendo a diversos fatores, sendo que procura compreender o processo de socialização através dos próprios agentes de socialização, nomeadamente a família, os grupos de pares, a escola e a comunidade

Uma das principais e mais importantes teorias sociais é a Teoria do Controlo Social de Hirschi (2002) onde explica que ao longo da vida o indivíduo vai criando um laço social através de um processo de socialização que se inicia na família e sendo reforçado pela sociedade de acordo com as normas sociais. Para o autor é o enfraquecimento desse laço social que vai resultar no comportamento delinvente. Esta teoria remete-nos para a noção de anomia, apresentada por Durkheim (1995), que designa uma ausência de adesão aos valores sociais. Para o autor e Merton (1938) a delinquência é induzida pelas pressões sociais fazendo com que o indivíduo não se sinta aceite pela sociedade, o que leva à quebra do laço social e

consequentemente deixe de aderir aos valores sociais, o que poderá ter consequências como a delinquência.

Recentemente, esta teoria foi alvo de reformulações onde além dos fatores sociais considera também os fatores individuais e familiares como fatores explicativos da delinquência, denominando-se como Teoria Geral do Crime (Gottfredson e Hirschi, 1990). Nesta nova teoria o autocontrolo é o fator central, sendo que para os autores a delinquência surge como uma ausência de autocontrolo. Fonseca e Simões (2002) alertam que a falta de autocontrolo não significa necessariamente a prática de comportamentos delinquentes, uma vez que indivíduos com baixos níveis de autocontrolo podem nunca chegar a delinquir por não terem contacto algum com a realidade da vida delituosa.

Sutherland (1939) apresenta a Teoria da Associação Diferencial, onde o jovem aprende a globalidade dos seus comportamentos com a família e com os seus pares (Carrilho, 2000). Para o autor o comportamento delincente é aprendido através de trocas interpessoais que permitem ao jovem adquirir conhecimentos sobre a realização de delitos (Sutherland cit in Cusson, 2007). Assim, de acordo com esta teoria, se um indivíduo se associar a outros indivíduos com ideias desviantes em maior escala do que a indivíduos com ideias convencionais, a probabilidade desse indivíduo se tornar desviante é maior. Segundo Machado (2008) o que está em causa é o excesso de contactos desviantes em relação aos contactos convencionais.

2.3. Etiologia familiar

Webber (1997) estudou as características familiares que estão ligadas ao comportamento desviante. Este autor permitiu verificar que a família influencia o comportamento dos seus membros quer pela transmissão de características genéticas, quer pela apresentação a contextos socialmente desvantajosos ou ainda pela sujeição a práticas educativas disfuncionais (McCord, 2002).

Sabe-se que o papel da família é crucial para a socialização do indivíduo nos seus primeiros anos de vida (Nunes, Sani & Caridade, 2015). Mais tarde, os grupos de pares complementam a ação educativa iniciada pela família (Le Blanc & Janosz, 2002). A investigação dá os seus primeiros passos com jovens institucionalizados em casas de correção. Estes estudos mostraram como a maioria dos jovens detidos em instituições correcionais provinham de famílias monoparentais, um dado que tem sido consistentemente demonstrado (e.g. Burton & Marshall, 2005). Os estudos revelaram ainda outras características familiares,

tendo sido destacadas a instabilidade da residência, famílias de grandes dimensões, pais com comportamentos desviantes, entre outros (e.g. Hirschi, 2002; Boggess & Hipp, 2010; Murray & Farrington, 2010).

Diversos estudos sistematizam que as variáveis estruturais da família promovem indiretamente o comportamento desviante (Le Blanc & Janosz, 2002). Nas famílias marcadas pela delinquência, as regras são inconsistentes, pouco claras, versáteis, facilmente mutáveis, impostas com rigor em certos momentos, mas logo depois esquecidas ou transformadas, podendo ainda ser alvo de *double bind* cindido: uma interação comunicacional particular, em que dois elementos (pai e mãe), emitem injunções paradoxais discordantes, pelo que o jovem fica sujeito a mensagens bipolares sobre o mesmo tema. Neste sentido, a passagem ao ato exterior pode constituir uma forma de síntese das duas mensagens contraditórias (Alarcão, 2006). A par disto, ressalta-se ainda a insuficiência dos papéis parentais e dificuldades identificatórias, a delegação da parentalidade (em outros elementos da família ou fora dela), fraca delimitação dos subsistemas, com coligações e parentificações, inconsistência das regras organizativas quotidianas e caoticidade geral das transações, havendo ainda carências afetivas e uma atmosfera abandonónica, a par de dificuldades de mentalização e agressividade agida e triangulada com o exterior.

Como proposição final, podemos afirmar que existem traços e características individuais que predeterminam o indivíduo para a delinquência. As explicações assinaladas confirmam que existem determinadas características biológicas e/ou psicológicas que predispõem as pessoas a manifestar comportamentos antissociais e delinquentes. Contudo, os estudos mostram que não podemos aceitar uma única teoria explicativa, mas sim que devemos utilizar um vasto epítome delas, o que nos levaria a preparar um modelo explicativo biopsicossocial do comportamento antissocial, no seio da interação indivíduo ambiente.

3. O Papel do Autocontrolo nos Comportamentos Desviantes

Moffitt (1993) defendeu que a impulsividade aumenta o risco de comportamento antissocial persistente e de longo prazo, através de métodos diretos e indiretos. Luengo, Carrillo-de-la-Peña, Otero e Romero (1994) analisaram longitudinalmente a relação entre impulsividade e comportamento antissocial numa amostra de adolescentes não-institucionalizados, tendo em consideração a natureza multidimensional da impulsividade e diversidade dos comportamentos antissociais. Os autores concluíram que as medidas de

impulsividade estavam fortemente correlacionadas com os comportamentos antissociais e também com a escalada futura desses comportamentos.

Paralelamente, a Teoria Geral do Crime (Gottfredson e Hirschi, 1990), diz-nos que uma ausência de autocontrolo pode ser um preditor da delinquência, sendo assim possível fazer um paralelismo entre o autocontrolo e os comportamentos desviantes. A promoção de autocontrolo dos adolescentes, enquanto indivíduo em desenvolvimento e tendo enfoque particular no contexto familiar, é de grande importância para a teoria defendida por Hirschi e Gottfredson.

Numa meta-análise realizada com 102 estudos, Engel (2012) refere que 88% desses estudos explicam significativamente a frequência ou a intensidade da desviância através do autocontrolo. Acrescenta-se, ainda, o facto de se ter verificado uma relação inversa entre o autocontrolo e o comportamento desviante, tal como previsto pela teoria geral do crime: a baixos níveis de autocontrolo, correspondem níveis mais elevados de desvio.

De facto, são vários os estudos na literatura que procuram aferir a relação entre autocontrolo e comportamento desviante. No que concerne às variáveis do autocontrolo, a literatura sugere a associação mais forte entre as variáveis relacionadas com a prática de comportamento desviante como a “procura de risco” e a “impulsividade”.

Relativamente às questões de género, a literatura nos estudos realizados aponta que os rapazes praticam mais atos de desvio e apresentam níveis mais baixos de autocontrolo, comparativamente às raparigas (Borduin, Henggeler & Mann, 1989).

Gomes, em 2103, explorou a relação entre o funcionamento familiar e a conduta desviante, num estudo levado a cabo em Lisboa. A análise dos resultados demonstrou uma relação linear entre o funcionamento familiar e a delinquência juvenil, mais recorrente em relacionamentos familiares com níveis extremamente baixos de coesão familiar e extremamente elevados de flexibilidade familiar. O estudo mostrou que o funcionamento familiar relacionou-se de forma curvilínea com o autocontrolo, bem como a presença de um modelo de mediação, em que o efeito do funcionamento familiar no comportamento desviante juvenil estava mediado pelo autocontrolo dos jovens.

Citando Ferreira (1997), *“os adolescentes distribuem-se por um contínuo entre a liberdade e o controlo. Num dos extremos desse contínuo — a liberdade — estão os jovens que têm um sentido de comando das suas vidas, uma capacidade de formularem programas ou projectos, um sentimento de exercerem domínio sobre a vida e o futuro. Liberdade é aqui autocontrolo. No lado oposto, na extremidade do pólo de controlo, situa-se um número relativamente pequeno de delinquentes crónicos que não têm virtualmente autocontrolo sobre as suas vidas”*. Para este autor, a delinquência juvenil explica-se pelo facto de alguns jovens

apresentarem fraca ou nenhuma capacidade de autocontrolo, o que se traduz numa ausência de controlo da própria vida do jovem. Elliot et al., (1996) reforça esta ideia referindo que baixos mecanismos de autocontrolo são um fator de risco para a adoção de condutas desviantes.

4. Fatores de Risco

Existe uma grande diversidade de fatores de risco associados à delinquência juvenil. Entende-se por fatores de risco quaisquer fatores que levam o indivíduo a enveredar por caminhos delinquentes (Matos et al., 2009). Por outras palavras, os fatores de risco são indicadores que levam o jovem a envolver-se e a desenvolver condutas delituosas (Barata, 2006). De acordo com Wasserman et al. (2003) podemos dividir os fatores de risco em fatores individuais, familiares, escolares e influência dos grupos de pares.

Quando falamos em fatores individuais referimo-nos às características genéticas, psicológicas, comportamentais e cognitivas do indivíduo. Para Shoemaker (cit. in Nardi & Dell’Aglia, 2010) a causa ao nível individual da delinquência juvenil pode ser atribuída a fatores psicológicos e biológicos influenciados pelo meio envolvente do indivíduo. Vários autores apontam características individuais como a empatia, falta de controlo das emoções e a falta de culpa associadas aos comportamentos delinquentes (Nardi & Dell’Aglia, 2010). A impulsividade e as perturbações do comportamento também podem originar condutas delinquentes (Bolsoni-Silva, 2003; Born, 2005; Pakes & Winstone, 2007). Várias investigações revelaram que um baixo autoconceito pode ser um forte fator de risco para desencadear condutas delinquentes (Donnelan et al, 2005; Fergusson & Horwood, 2002; Webster et al., 2007). Por sua vez, a autoestima parece também ter um papel preponderante no surgimento da delinquência juvenil uma vez que existe uma correlação positiva entre a baixa autoestima na adolescência e a delinquência juvenil (Boden, Fergusson & Horwood, 2007).

Relativamente aos fatores familiares Ferreira (1997) diz-nos que a família tem um papel central no que concerne ao fenómeno da delinquência juvenil. De acordo com Hirshi (2002), certas atitudes praticadas pelos pais tais como a permissividade, uma deficiente comunicação e uma ausência de modelos normativos contribuem para a ocorrência de comportamentos delinquentes por parte do jovem. Para este autor, a delinquência juvenil surge como consequência de uma falha na estrutura familiar, onde existe um processo de socialização ineficaz e promotor de comportamentos delinquentes.

De acordo com Carrillo (2000), a agressividade dos pais tem uma grande influência nos comportamentos delinquentes dos jovens, uma vez que estes assimilam este modelo de prática

parental, tornando-se igualmente agressivos. Desta forma, práticas parentais inadequadas, violência familiar, comunicação ineficaz entre os membros da família constituem-se como fatores de risco para adoção de um estilo de vida delinquente por parte dos jovens. Minuchin (1988) diz-nos que existe uma relação linear entre a família e a desviância juvenil, tendo demonstrado que jovens oriundos de famílias com níveis baixos de coesão familiar apresentavam mais comportamentos desviantes. Assim, o funcionamento familiar desequilibrado, bem como a coesão e flexibilidade familiar, são variáveis consideradas para um modelo familiar disfuncional (Olson, 2000).

No que concerne ao papel da escola, esta também desempenha um papel importante no surgimento da delinquência juvenil uma vez que a escola é tida como um dos principais locais onde se transmitem normas e modelos de comportamentos. Note-se que a escola é referenciada como um dos meios mais importantes no que se refere à socialização da criança (Matos et al., 2009). A literatura refere inúmeros fatores de risco presentes na escola que podem desencadear comportamentos delinquentes, dos quais se destacam o insucesso escolar, disciplina repressiva, avaliações rígidas, relação negativa entre alunos e professores, associação a pares desviantes, entre outros fatores (Velez, 2011; Farrington, 2011 & Matos et al., 2009).

Por último, os fatores de risco associados aos grupos de pares é tida como um dos principais fatores que leva ao surgimento e, conseqüentemente, à manutenção da delinquência juvenil (Born, 2005). Vários autores afirmaram que a pertença a grupos de pares desviantes é um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de comportamentos desviantes e ilegais (e.g. Brook, Brook, Gordon, Whiteman, & Cohen, 1990; Hawkins, Catalano & Miller, 1992; Dishion, Patterson, Stoolmiller & Skinner, 1991; Dishion, 2000). Born (2005) vai mais longe e afirma que quantos mais delinquentes existirem no grupo mais forte é a associação entre os comportamentos delinquentes e os grupos de pares.

Wasserman e os seus colaboradores (2003) referem que o grupo de pares é um meio promotor da ligação dos jovens a condutas disruptivas. Estes demonstraram que uma associação a grupos de pares desviantes e a rejeição por parte do grupo de pares tendem a promover comportamentos delinquentes nos jovens. Estévez e Emler (2011) acrescentam que os comportamentos antissociais, a vitimização e o uso de drogas apresentam-se como os principais fatores de risco para o envolvimento em comportamentos delinquentes. Relativamente aos comportamentos antissociais, a adoção destes diminuiu a oportunidade de socialização com a comunidade, aumentando a afiliação a grupos de pares desviantes angariando, conseqüentemente, os jovens para um estilo de vida delinquente (Weisner, Kim & Capaldi, 2005).

5. A Adolescência e a Influência das Relações com os Pares

A entrada na adolescência significa uma abrupta saída da fase da infância, estando a adolescência associada ao início da atividade delituosa. Vários estudos demonstraram que o comportamento delituoso atinge o seu auge na adolescência. Assim, torna-se imprescindível compreender o papel da adolescência no fenómeno dos comportamentos desviantes.

A adolescência consiste numa fase de transição no desenvolvimento humano, na qual ocorrem transformações físicas, sociais e psíquicas (Martins, 2005). O jovem, que outrora era apenas uma criança, depara-se com alterações ao nível do próprio corpo, da relação com os pais e amigos assim como alterações cognitivas e no modo de se ver a si próprio.

Tendo em conta que a adolescência é um período de muitas descobertas e incertezas, o jovem muitas vezes, acaba por desafiar algumas regras, acabando por adotar comportamentos delinquentes, em sinal de afirmação da sua pessoa. Assim, a adolescência apresenta-se como um período crítico da vida de um indivíduo. Sabe-se que é durante a fase da adolescência que os jovens tendem a iniciar a sua carreira delinquente (Negreiros, 2001). No entanto, com a entrada na vida adulta os comportamentos delinquentes diminuem drasticamente (Negreiros, 2001). Estudos demonstram que o início da atividade delituosa surge por volta dos 14 anos, sendo que atinge um pico por volta dos 17-18 anos (Caspi, 2000; Lober, & Farrington, & Waschbusch, 1998; Moffit, 1993; Patterson & Yoerger, 2002 cit por Lemos 2010).

É durante o período da adolescência que as relações com os pares assumem particular importância (Claes, 1985; Sprinthall & Collins, 1994). Importância essa que pode ser visível a vários níveis, nomeadamente, fornecendo suporte emocional e instrumental, providenciado ajuda na resolução das tarefas desenvolvimentais e na construção da identidade, interesses e reputação (Kirchler, Pombeni & Palmonari, 1991).

Numa tentativa de explicar a importância dos grupos de pares na adolescência, Gouveia-Pereira et al. (2000), indica que por um lado o grupo de pares pode ocupar vazios de sociabilidade deixados por outros, como por exemplo pelas figuras parentais e por outro lado fazendo parte de um grupo, o jovem encontra nele um espaço privilegiado de identificação com os seus pares, onde pode falar sobre os seus problemas e angústias, sem a intromissão de qualquer adulto. A autora acrescenta ainda que “*o grupo de pares funciona para o adolescente como um espelho, no qual se revê em muitas situações*” (Gouveia-Pereira, 1995).

Os grupos de pares influenciam o desenvolvimento do adolescente de diversas formas, entre as quais através das relações com os amigos íntimos, que influenciam diretamente o comportamento do jovem (Peixoto, 2003). A homogeneidade das características dos elementos

pertencentes ao mesmo grupo podem também influenciar o desenvolvimento do jovem. Berndt e Keefe (1995) mostraram que os alunos com comportamentos disruptivos associam-se a pares com o mesmo tipo de comportamento. Segundo Peixoto (2003), a homogeneidade de um grupo pode ser simultaneamente causa e consequência dos processos afiliativos e das dinâmicas grupais. O autor refere que *“causa, porque o próprio grupo pode exercer pressões no sentido de uma conformidade com a maioria. E consequência, porque o processo de afiliação grupal pode ter a sua génese na procura de pares semelhantes, com os quais existam afinidades”* (Peixoto, 2003).

Através da homogeneidade do grupo, da participação em atividades coletivas, que envolvem partilha de valores e atitudes, é criada e reforçada simultaneamente a coesão do grupo assim como o sentimento de pertença grupal, contribuindo assim, para o surgimento da identidade de grupo, a que Tajfel (1983) deu o nome de identidade social. Para Tajfel, a identidade social do jovem vai condicionar e estruturar os relacionamentos com os seus pares, uma vez que a pertença a determinado grupo implica o estabelecimento de relações com certos grupos de pares e o evitamento de outros. O autor refere que os jovens tendem a manter-se como membros de um grupo ou a pertencer a novos grupos desde que reforcem a sua identidade social e consequentemente reforçando a autoestima. Vários estudos demonstram que a pertença a um grupo além de contribuir para a construção de uma identidade social, contribui ainda para a construção do autoconceito e da autoestima (Cotterell, 1996; Tarrant, 2002). Muitos autores afirmam que existe uma relação direta entre o autoconceito do indivíduo e as características identificadoras do grupo social a que o sujeito pertence (Brown, 1996; Crocker & Luhtanen, 1990; Tajfel, 1983). Daqui resulta que o comportamento do indivíduo é dirigido no sentido de alcançar uma identidade social positiva, que afeta positivamente a sua autoestima (Peixoto, 2003). É através da identidade social que o indivíduo procura a construção da sua reputação, procurando tal reputação no seio do grupo de pares a qual pertence (Palmonari, Pombeni & Kirchler, 1992). A reputação define-se como um conjunto de impressões e comportamentos expectáveis que são baseados através das interações sociais (De Cremer & Sedikides, 2008).

No estudo da reputação e da desviância juvenil, existem dois autores importantes, que se têm dedicado bastante a estas duas variáveis, são eles Emler e Reicher (1995). Os autores revelam que os sujeitos desenvolvem e procuram manter uma imagem ou identidade social que desejam, de modo a promoverem-se perante os outros e perante a sua comunidade (Emler, 1984). Deste modo, os jovens comunicam as suas identidades através de comportamentos ditos intencionais e visíveis, no sentido de persuadir os outros da pertença a uma categoria social em

especial (Emler, 1990). As reputações não são processos individuais e singulares, mas antes acontecimentos coletivos como resultado de processos sociais (Emler, 1990).

Os estudos revelam que a necessidade de ter um maior reconhecimento social (designada como a reputação ideal) entre os pares apresenta uma relação direta positiva com a participação em condutas de exclusão social. Por sua vez, a percepção de ter um reconhecimento social (reputação real) está inversamente relacionada com o comportamento agressivo. Deste modo, a reputação tem uma relação estatisticamente significativa com a agressividade entre pares na adolescência (Buelga, Musitu & Murgui, 2009). A reputação alta não tem uma relação estatisticamente significativa com o comportamento violento, mas sim o seu desejo de ter mais reputação entre os pares é que relaciona diretamente com o comportamento delinquente (Buelga, Musitu & Murgui, 2009).

O que leva os adolescentes a importarem-se com a reputação? Segundo De Cremer e Bakker (2003) o facto de os jovens quererem ser aceites e respeitados pelos outros, pelas mais diversas razões, como por exemplo, a identidade social, autoestima, entre outras, faz com que haja essa preocupação em relação à reputação. Alguns autores que estudaram a reputação na adolescência, Carroll, Houghton, Hattie e Durkin (2004), referem que os adolescentes regulam a sua autoidentidade e autoapresentação de modo a que os outros os percecionem da forma por eles desejada.

No início do século anterior, Sutherland (1939) defendeu que o comportamento na adolescência é um comportamento de aprendizagem resultante da interação e comunicação com o grupo de pares. Contudo, o mesmo sucede no que concerne ao comportamento delinquente. Esta abordagem de Sutherland (1939) traçou o percurso para a teoria social da aprendizagem de Burgess e Akers (1966). Estes autores integraram as teorias dos princípios do condicionamento operante, defendendo a possibilidade de um determinado comportamento acontecer mediante as contingências e as situações que circundaram tal conduta. Assim se um determinado comportamento delinquente for reforçado, em situações similares há uma maior probabilidade desse comportamento delinquente se repetir. Ora, a associação diferencial de pares favorece o contexto de atuação.

Para Emler e Reicher (1987), a delinquência é o resultado de um processo de analogia às normas e expectativas do grupo, cuja tendência é para se associarem a sujeitos que pretendem partilhar as mesmas normas, as mesmas crenças e as mesmas experiências ou, pelo menos, similares. Daí a tendência a assumirem uma identidade grupal verdadeiramente estruturada.

Para Erikson (1968), a adolescência além das transformações (físico, psicológico, emocional, social, económico, entre outros), é uma fase também acompanhada pela procura de

identidade versus confusão de identidade. Nas suas escolhas e perante as situações do quotidiano, os adolescentes apresentam, muitas vezes, um comportamento contraditório que se pode traduzir no início de comportamentos que desafiam as normas sociais (Born, 2005).

5.1. Grupos Formais e Grupos Informais

Anteriormente foi referido que o grupo de pares representa uma importante entidade social (Palmonari & Kirchler, 1992), sendo salientado o papel importante dos pares no processo de construção identitária do indivíduo.

A Teoria de Brofenbrenner (1994) diz-nos que o indivíduo está no centro de variados sistemas ecológicos, nomeadamente a família, os pares, a comunidade e a escola. Estes sistemas influenciam direta e indiretamente o desenvolvimento do indivíduo, podendo influenciar o seu comportamento quer positiva quer negativamente.

Durante a adolescência os pais deixam de ser as personagens principais na vida do jovem, perdendo este papel para os grupos de pares. Os pais tornam-se assim figuras de reserva para situações em que surgem adversidades. O adolescente passa a criar laços vinculativos com os pares, passando estes assumir um papel central na vida do adolescente. No entanto, a aceitação pelos grupos de pares nem sempre é tarefa fácil e por vezes o jovem adota determinados comportamentos para que possa ser aceite em determinado grupo.

De acordo com Trillo (2011) a pressão que o grupo exerce sobre o indivíduo influencia a adoção de condutas desviantes juntamente com o grupo de pares. O autor afirma que existe uma correlação positiva entre a pressão do grupo de pares associada à aceitação do indivíduo e o comportamento delituoso. Se por um lado, a associação a grupos de risco ou desviantes leva a um aumento da prática da delinquência entre jovens, por outro lado, os estudos revelam que a rejeição na infância pelos pares também é um fator de risco para a adoção de comportamentos desviantes (Wasserman, et. al., 2003).

Assim percebe-se que os jovens que já apresentam um comportamento desviante e associam-se a grupos e culturas marginais, tendem assumir a frequência e a gravidade do comportamento desviante (Wasserman et al., 2003). Simões (2007) chama a atenção para o facto de que maioritariamente a entrada em grupos delinquentes é assegurada por jovens que já apresentam problemas de comportamento. Deste modo, pode-se afirmar o grupo de pares é um subsistema que está intimamente ligado com o desenvolvimento das condutas desviantes.

A tendência dos adolescentes em formar grupos de pares promove novas experiências e pode dar origem a grupos com cunho cultural, religioso e desportivo, bem como às tribos

urbanas (Pavía, Gerlero & Apendino, 1995). Esses grupos formam subculturas, identificadas com diferentes estilos, muitas vezes impulsionadas por preferências estéticas e musicais, mas também fortemente associadas à realidade social que as envolve (Feixa, 1988).

Vários estudos empíricos mostram que quase todos os adolescentes aderem a um grupo, formal e/ou informal (Gouveia-Pereira, 1995; Palmonari, 1990). Os grupos sociais dos quais os adolescentes participam podem ser definidos em dois tipos: *os grupos formais e informais*.

Os primeiros, grupos formais, são grupos oficiais, com patentes (formalmente estabelecidos), objetivos definidos e mantêm encontros regulares, aptos a propiciar mais estrutura, com normas pré-definidas e maiores expectativas dos seus membros, como, por exemplo, os grupos de escuteiros, os grupos desportivos, ou os grupos de jovens vinculados a instituições religiosas. Nos grupos de pares formais existe um objetivo comum, sendo que é frequente a participação de um adulto para ajudar no alcance desse objetivo coletivo.

Os grupos informais são menos definidos, mais coesos e assentes na amizade e/ou vizinhança, com relativa organização de hobbies / interesses casuais. Neste tipo de grupo existem interesses mútuos por parte dos vários membros. A escola, a rua e o café são os locais de eleição para os vários elementos do grupo se encontrarem. Cabe notar que os membros de grupos formais tendem a sentir menos autonomia pessoal nos seus grupos, mas também maior clareza acerca do seu grupo, quando comparado com outros grupos, e com os de tipo informal (Sheldon & Bettencourt, 2002).

Num estudo realizado por Palmonari, Pombeni e Kirchler (1989), verificou-se que 90% dos adolescentes que participaram no estudo faziam parte de um grupo de pares informal, sendo que apenas 10% pertencia a grupos de pares formais. Tajfel (1978, cit. por Palmonari, Pombeni e Kirchler, 1992) refere que os adolescentes estão conscientes desta diferenciação grupal, afirmando que estes agem em conformidade com as diferentes exigências destes grupos, através de mudanças de atitude e comportamento.

Num estudo levado a cabo por Gouveia-Pereira (1995), a autora refere que qualquer adolescente é capaz de indicar qual o seu grupo de pertença assim como é capaz de perceber outros grupos diferentes do seu e com quais grupos não gostaria de partilhar experiências. Nesse mesmo estudo a autora apresenta várias investigações realizadas por Pamonari et al. (1989; 1990; 1992) que tinham como objetivo estudar a dinâmica intergrupal, os processos de categorização e de diferenciação social nos adolescentes. Um dos estudos consistia em pedir aos adolescentes para fazerem uma descrição de si próprios, do seu grupo e de 2 out-groups, isto é, um grupo que considerassem completamente diferente do seu e um grupo de consumidores de droga. Dos resultados obtidos destaca-se que os adolescentes revelaram que

se consideravam mais próximos do seu grupo de pares do que dos dois out-groups, sendo que o grupo de consumidores de droga era escolhido como o mais distante. Note-se que estes resultados diziam respeito, quer a grupos formais, quer a grupos informais, desmontando assim a ideia de que os grupos informais estão mais próximos dos grupos desviantes, pois as percepções de semelhanças e diferenças revelaram-se equitativamente nos grupos informais, grupos desportivos e grupos religiosos, face aos adolescentes consumidores de droga.

Gouveia-Pereira (1995) chama atenção para o facto que existe um estereótipo social de que os grupos formais são os mais adequados para ajudar os adolescentes nas suas situações críticas. No entanto, para a autora, também os grupos formais desempenham um papel fundamental de suporte nas tarefas de desenvolvimento, salientando que os adolescentes que têm uma forte identificação com o grupo de pares são os que retiram maiores benefícios das interações com os outros, nomeadamente, pares, amigos e pais (Palmonari et al., 1990; Pombeni et al., 1990).

6. A Identificação ao Grupo de Pares

Palmonari, Pombeni e Kirchler (1989; 1990), ao estudarem o processo de identificação dos indivíduos com o seu grupo, verificaram que aqueles que se reviam muito no grupo, não só apresentavam maior tendência para solicitar ajuda aos outros elementos, como o grupo surgia também como fator de apoio em situações de solidão, falta de perspectivas vivenciais e outros problemas psicossociais.

A identificação ao grupo desempenha um papel essencial no desenvolvimento da identidade social (Tajfel, 1981) e da categorização social, tanto a nível intergrupar como intergrupar (Martins & Gomes, 2011). À medida que o adolescente cresce, o interesse por novos e vários grupos organizados aumenta, sendo que a diferença começa a ser tolerada, tornando-se numa importante fonte de aprendizagem. Um dos traços distintivos dos grupos desviantes é precisamente a homogeneidade grupal que, ao invés de diminuir, vai aumentando e agravando-se (Patterson, 1989; Martins & Gomes, 2011), de onde o alto grau de influência exercida entre os seus elementos torna-se cada vez mais homogeneizados. Daqui resulta que os adolescentes delinquentes são muito mais orientados para o grupo e mais dependentes deste do que os adolescentes normativos. Hirschi (1969) defende que as relações num grupo delinquente entre os sujeitos são frias e frágeis, já que os jovens delinquentes não são capazes de desenvolver vínculos sociais estáveis e consistentes, devido ao facto de no processo de socialização não terem estabelecido esses vínculos com os pais (Martins & Gomes, 2011), o que contraria a ideia

de Sutherland (1939) que sempre defendeu não haver qualquer diferença em termos de vinculação com os amigos entre sujeitos desviantes e convencionais.

Para Emler e Reicher (1987), a delinquência acaba por ser o resultado de um processo de conformidade às normas e expectativas do grupo, tendo os sujeitos tendência para se associarem a indivíduos com quem possam partilhar essas normas, crenças e experiências similares (Martins & Gomes, 2011). Já Elliot. et. al. (1985) demonstraram que, à medida que enfraquece o vínculo do adolescente com o sistema familiar, aumenta a predisposição deste para se associar a pares desviantes, sendo esta associação tida como o determinante primário do comportamento delincente (Blaske, et. al., 1989). Um dos aspectos centrais do modelo integrado é a premissa de que os delinquentes tendem a associar-se a pares desviantes. Em contraste com a Teoria do Controlo (Hirschi, 1969), e com a Teoria da Aprendizagem Social (Snyder, Dishion & Patterson, 1986), o modelo integrado não sugere que as relações de pares dos sujeitos delinquentes têm menos afeto positivo e/ou competência social (Elliot, Huizinga & Ageton, 1985).

Os adolescentes podem colocar-se dentro dos grupos de pares através de, pelo menos, duas vias. Em primeiro lugar, podem simplesmente identificar-se com certo tipo de par social, independentemente das interações que possam ter com os restantes. Neste sentido, estão a afirmar quem são, socialmente falando, a indicar qual é o seu papel social no seio da cultura em que se inserem ou, melhor dizendo, estão a definir qual é o seu estatuto social no contexto coletivo do qual fazem parte. De um outro modo, podem ainda participar nos grupos de pares que refletem o contexto coletivo mais alargado.

Os grupos de pares permitem ainda ao adolescente avaliar o seu grau de pertença, ou seja, se é visto como um membro de pertença inquestionável ou se é tido apenas como alguém que tenta fazer parte do grupo. Vários estudos têm demonstrado que a identificação ao grupo está associada à predisposição para problemas de comportamento, tais como o consumo de substâncias e as condutas de risco (Jessor, 1984). No que concerne aos grupos delinquentes, estudos mostram que a identificação de si enquanto membro de um grupo desviante (Sussman et. al., 1994) está associada à maior estabilidade/durabilidade, quando comparada com a identificação a um outro grupo. Também a medida de identificação ao grupo, quando comparou a perceção do próprio sujeito com a perceção dos seus pares, revelou a mais alta concordância para o grupo desviante (Urberg et. al., 2000), o que sustenta a ideia da marcada homogeneidade e da fraca indiferenciação entre os membros de grupos delinquentes.

Num estudo realizado por Palmonari, Pombeni e Kirchler (1989), explorou-se a importância dos grupos de pares, numa tentativa de perceber como a identificação a

determinado grupo pode afetar o comportamento do jovem. Um dos principais objetivos deste estudo era perceber se a identificação com o grupo de pares influenciava a forma como os adolescentes lidavam com diferentes tarefas de desenvolvimento. Os resultados demonstraram que a forma como os sujeitos lidavam com conflitos e problemas (tarefas de desenvolvimento) era dependente do grau de identificação ao grupo de pares. Os autores concluíram assim que os adolescentes com uma maior identificação ao grupo de pares tornavam-se capazes de encontrar soluções semelhantes aos dos restantes elementos do seu grupo de pares, quando comparados com adolescentes com menor grau de identificação ao grupo de pares. Este estudo pioneiro permitiu assim constatar que a influência que o grupo de pares exerce no adolescente, pode ser maior ou menor, dependendo do grau de identificação do jovem ao seu grupo de pares.

Sendo o grupo de pares um lugar de diálogo de problemas, quer pessoais, quer escolares, quer profissionais (Simões, 2000), pode-se afirmar que um grupo de amigos que não sejam delinquentes, serão uma boa influência para a não delinquência. Contudo, poderemos ter a perspetiva inversa, se um grupo de amigos tiver comportamentos antissociais, como por exemplo, um *gang*, o caminho da delinquência será mais profícuo, podendo-se dizer que uma ligação com amigos delinquentes fortalece a relação com a delinquência (Carvalho, 2011).

Tendo em conta o estudo realizado por Palmonari, Pombeni e Kirchler (1989), podemos inferir que um jovem que pertença a um grupo anti normativo, manifestando um forte sentimento de identificação a esse grupo, provavelmente praticará o mesmos comportamentos que os restantes elementos desse grupo. Gouveia-Pereira et al. (2000), chama a atenção para o facto de que os adolescentes ao fazerem parte de determinado grupo, são confrontados com situações que os obrigam a comportar-se de acordo com os valores e crenças grupais, mesmo quando se verifica pouca identificação por parte do jovem a esse grupo. Esta ideia remete para aquilo a que Asch (1952), denominou como influência social, recorrendo ao conceito de conformidade ao grupo, ou seja, a pressão para a conformidade é muito importante no que diz respeito à coesão grupal e à mobilização a fim de que os objetivos coletivos sejam atingidos. Esta ideia vem reforçar os vários estudos que referem a pertença a grupo de pares desviantes como um forte preditor para o desenvolvimento de condutas desviantes (e.g. Emler e Reicher, 1995; Farrington, 1992; Carrol, 2003; Born, 2005). Daqui concluímos que quer por uma forte identificação ao grupo, quer pelo fenómeno da conformidade grupal, um jovem que pertença a um grupo com comportamentos desviantes está mais suscetível a enveredar pelo caminho da desviância do que quando comparado com os grupos normativos.

7. Percepção dos adolescentes sobre a gravidade dos comportamentos desviantes

Até ao momento, ficou claramente demonstrado que os grupos de pares exercem uma forte influência no desenvolvimento do adolescente, levando este a adotar certos comportamentos e a rejeitar outros. No entanto, a literatura é omissa quanto à forma como os grupos de pares influenciam a percepção dos adolescentes quando falamos nos comportamentos desviantes. Contudo, a influência dos grupos de pares nas percepções dos jovens tem sido alvo de estudo por vários investigadores, que se dedicaram ao estudo dos comportamentos de risco nos jovens. O estudo da percepção dos comportamentos de risco na adolescência é importante, uma vez que é nesta fase de vida que acontece a busca por novas experiências, colocando assim os adolescentes mais suscetíveis ao envolvimento em comportamentos de risco, como o consumo de álcool e drogas que constitui-se também como um comportamento desviante (Paulino & Lopes, 2010). De acordo com Feijó e Oliveira (2001), a curiosidade dos jovens, característica da fase da adolescência, aliada à influência dos grupos de pares, são variáveis que tornam o jovem vulnerável aos comportamentos de risco, que podem ter repercussões para o seu desenvolvimento individual, familiar e social. Citando Hutz e Koller (1997), comportamento de risco pode ser definido “*como o conjunto de ações ou atividades humanas que podem aumentar a probabilidade de consequências adversas para o desenvolvimento psicossocial bem como desencadear ou agravar danos e doenças para quem as realizou*”. Desta definição, resulta que se pensarmos nos comportamentos desviantes praticados pelos jovens, apontados pela literatura, como é o caso do consumo de drogas e álcool (Sanches e Gouveia-Pereira, 2013), facilmente percebemos que estes primeiramente constituem-se como um comportamento de risco, que compromete um desenvolvimento psicossocial saudável do indivíduo.

De acordo com a literatura, a convivência com os grupos de pares constitui-se como um fator de risco para o envolvimento em comportamentos de risco (Feijó & Oliveira, 2001), dando como exemplo o consumo de drogas. Estes autores assumem que a percepção do risco baseia-se num conjunto de crenças e valores que dão significado a cada um dos acontecimentos no contexto social no qual o indivíduo está inserido. Os autores acrescentam ainda que a percepção de risco não existe fora de um contexto, não podendo ser mensurada fora dele. Assim, o que se constitui como risco num determinado contexto, pode não ter qualquer significado de risco noutro contexto. Pensemos por exemplo no consumo de drogas em que no nosso país é visto como um perigo para a saúde e como tal é proibido o seu consumo e em países como a Holanda onde é permitido o consumo das chamadas drogas leves.

Vários estudos têm sido realizados sobre a percepção dos jovens e os comportamentos de risco, sendo o consumo de álcool entre os jovens, uma tema bastante explorado. Barroso, Mendes e Barbosa, num estudo realizado em Coimbra, com jovens do 3º ciclo, verificaram que os adolescentes sobrestimam o consumo de álcool entre os pares, sendo que esta percepção errónea acerca do consumo de álcool pelos pares é preditiva do consumo individual de álcool. Este estudo vem reforçar estudos anteriores que demonstraram que a sobrestimação dos consumos dos pares é um fator predisponente ao consumo (Perkins et al., 1999; Ott et al., 2005; Page et al., 2002; Perkins, 2007). Para Barroso, Mendes e Barbosa (2010), se os adolescentes acreditarem que a maioria dos pares consome bebidas alcoólicas, estes terão tendência a perceber estes comportamentos como normais e, passíveis de serem imitados no sentido de se afirmarem como membro daquele grupo e reforçando a conformidade ao grupo de pares.

A Teoria das Normas Sociais centra-se nas influências dos pares, que têm um impacto maior no comportamento individual do que as influências biológicas, pessoais, familiares, religiosas, culturais e outras (Berkowitz & Perkins, 1986^a; Kandel, 1985 & Perkins, 2002). Esta teoria diz-nos que a percepção das normas relativamente ao consumo habitual de álcool pelos pares, inclui não só a ideia que o jovem construiu acerca do consumo de outros jovens da sua idade, como informações relativas ao que os outros consideram ser o consumo aceitável. Ainda segundo esta teoria, as percepções erróneas acerca do consumo de álcool nos jovens, leva o indivíduo a expressar ou inibir determinado comportamento como forma de se conformar à norma podendo agir de forma inconsistente com os seus valores no sentido da conformidade percecionada. Perkins (2003), acredita que todos os jovens com percepções erradas acerca do consumo de álcool nos jovens, contribuem para um ambiente propício a que o comportamento percecionado como normativo ocorra, independentemente de se envolverem ou não nesses comportamentos. O autor chama atenção que os diferentes efeitos que as percepções erróneas podem produzir, dependem das características individuais, da fase de desenvolvimento em que o jovem se encontra e do meio envolvente. O termo percepção errada é usado para descrever a lacuna entre as atitudes ou comportamentos reais e o que as pessoas pensam que é verdadeiro sobre as atitudes ou comportamentos dos outros. Assim, ocorre uma percepção errónea quando há uma superestimação ou subestimação da prevalência de atitudes e/ou comportamentos num grupo.

Hansen (1993) referiu que a correção das crenças normativas era um fator essencial nos programas eficazes de prevenção de álcool em escolas secundárias dos EUA. O autor realizou um estudo longitudinal onde verificou que as reduções nas percepções erróneas estavam associadas ao aumento do consumo de água potável e na abstenção do álcool.

Existem diversos estudos publicados sobre como as percepções erróneas estão positivamente correlacionadas com comportamentos de risco, dos quais se destacam:

- Page, Scanlan e Gilbert (1999) descobriram que as superestimações do consumo de álcool estavam diretamente correlacionadas com as altas taxas de consumo. Assim, foram encontradas elevadas taxas de consumo de álcool entre rapazes universitários que apresentavam uma maior superestimação dos efeitos do álcool;

- Prentice e Miller (1993) conduziram um estudo constituído por caloiros da universidade e constataram que os rapazes ajustaram o seu consumo de álcool ao longo do tempo para se ajustarem à norma do grupo, ou seja, agiam de forma a alcançarem a conformidade do grupo;

- Steffian (1999), num estudo experimental que consistia num programa de prevenção para o consumo de álcool entre os jovens, verificou que as percepções erróneas ajudaram a discriminar entre estudantes universitários que diminuíram o consumo de álcool e aqueles que não o fizeram, demonstrado assim que quanto maior for a percepção do risco menos comportamentos de risco o indivíduo realizará;

- Lee, Su e Hazard (1998), num estudo realizado com alunos do secundário, verificaram que existe um efeito direto entre o grupo a que os jovens estão associados e o consumo de marijuana assim como verificaram que existe um efeito indireto quanto à percepção do risco e o consumo de marijuana, ou seja, os autores constataram que a pertença a determinado grupo de pares vai influenciar o consumo de marijuana. Os autores concluíram ainda que quanto mais envolvido estivesse com o grupo de pares, nomeadamente, quanto mais atividades realizasse com membros desse grupo, maior seria o risco para o consumo de marijuana.

Todos estes estudos sugerem que as percepções erróneas estão associadas ao aumento de comportamentos de risco, como o consumo de álcool e drogas. Em suma, os estudos apresentados demonstraram que o consumo de álcool por parte dos jovens é causado por percepções equivocadas e influenciadas pelos grupos de pares. Se um risco não é percebido como tal, é provável que a resposta não seja a mesma que é dada a um comportamento que é percebido como sendo de risco (Trimpop, 1994). Estudos similares foram realizados para outros comportamentos de risco, como o tabaco, onde se verificou que um nível elevado de conhecimentos sobre os perigos do tabaco, isto é, ter a percepção dos riscos do tabaco, nomeadamente ao nível das consequências do seu consumo, pode desencorajar o seu consumo (Gaspar, Vitória & Clemente, 2003).

Até ao momento temos abordado os comportamentos de risco como o consumo de álcool, tabaco e drogas ilícitas, que constituem uma ameaça ao bem-estar dos adolescentes e

dos elementos que fazem parte dos seus contextos de vida. Um outro comportamento de risco que frequentemente tem início na adolescência é a delinquência juvenil. Apesar da Teoria das Normas Sociais não estar desenvolvida no sentido de explicar a percepção da gravidade dos comportamentos desviantes juvenis, ela fornece algumas pistas sobre o modo como a simples pertença a um grupo pode determinar a percepção correta ou errada de determinado comportamento. De acordo com esta teoria o nosso comportamento pode ser influenciado por percepções incorretas de como outros membros dos nossos grupos sociais pensam e agem. Desta forma, se pensarmos num grupo delinquente e tendo em conta que vários estudos têm mostrado que a pertença a grupos que praticam atos delinquentes constitui um forte preditor do comportamento delinquente, podemos inferir que as percepções da gravidade dos atos cometidos pelo grupo, serão percepções erróneas, partilhadas pela maioria dos membros do grupo, fazendo com que estes adotem cada vez mais comportamentos desviantes. Note-se que segundo a Teoria das Normas Sociais, prevê-se que haja uma superestimação do comportamento problemático. Fazendo um paralelismo com o fenómeno da desviância juvenil, induzimos que a percepção dos membros de um grupo desviante sobre a gravidade desses comportamentos e possíveis consequências estejam deturpadas, reforçando assim os comportamentos desviantes no seio desses grupos.

Neste sentido, numa analogia entre os comportamentos de risco e a desviância juvenil, ancorada na Teoria das Normas sociais, espera-se que esta teoria forneça algumas pistas na relação entre os comportamentos desviantes e as percepções dos mesmos entre os grupos de pares.

8. Objetivos, Hipóteses e Questões de Investigação

A presente investigação centra-se na abordagem da relação entre o grupo de pares e a desviância juvenil e pretende perceber em que medida o grupo de pares (formal e informal) influencia os comportamentos desviantes assim como a identificação ao grupo. Simultaneamente pretende-se averiguar se a forma como os adolescentes percecionam a gravidade dos comportamentos desviantes tem influência na prática ou não de condutas desviantes.

A literatura aponta uma relação direta entre os grupos de pares e os comportamentos desviantes (Emler & Reichler, 1995; Farrington, 1992; Emler, Houghton & Durkin, 1999; Hirschi, 2002), assim como faz uma distinção entre dois tipos de grupo, formal e informal. Estes dois tipos de grupos de pares, formais e informais, distinguem-se pelas suas regras

específicas, ditando a forma como os membros devem agir, qual o comportamento permitido assim como quais os critérios a serem respeitados ao estabelecer ou evitar contactos com outros membros de outros grupos (Palmonari et al., 1992). Na opinião de Tajfel (1978) os adolescentes têm plena noção desta diferenciação grupal, agindo em conformidade com as diferentes exigências destes grupos, através de atitudes e comportamentos.

Segundo Palmonari (1992) uma das grandes diferenças entre estes dois tipos de grupo reside no objetivo de cada grupo, isto é, enquanto nos grupos informais o objetivo principal é a relação de amizade, nos grupos formais existe um objetivo mais funcional, como por exemplo, um objetivo religioso, desportivo, político, etc., que é supervisionado por um adulto. É importante referir que quando falamos em grupos formais, falamos no grupo dos escuteiros, nos grupos religiosos, nos grupos desportivos, entre outros. Já quando falamos em grupos informais falamos no grupo de amigos da escola, do grupo do bairro, de um *gang*, etc. Sabe-se que é nos grupos com comportamentos desviantes que há uma maior homogeneidade entre os membros desses grupos. Considerando que estes os grupos formais e informais apresentam características muito distintas, formulou-se a seguinte hipótese:

H1- Existem diferenças significativas entre o tipo de grupo a que pertence um jovem (formal e informal) e os comportamentos desviantes.

Na mesma linha de pensamento e tendo em conta o que nos diz a literatura quanto à homogeneidade das características dos elementos pertencentes ao mesmo grupo, isto é, que há uma tendência para a conformidade, podemos colocar como hipótese se a perceção da gravidade dos comportamentos desviantes varia de grupo para grupo, nomeadamente, se varia entre os grupos formais e os grupos informais. Num estudo realizado por Ryan (2000), verificou-se uma relativa homogeneidade intragrupal ao nível do rendimento académico, melhor dizendo, os adolescentes pertencentes ao mesmo grupo de pares apresentaram níveis de rendimento académico similares. Um outro estudo que ilustra o efeito da influência dos pares, foi o estudo realizado por Berndt, Laychack e Park (1990), onde os autores demonstraram que após a discussão de dilemas motivacionais com os amigos, as respostas entre pares de amigos eram mais similares quando comparadas com o grupo de controle. Neste contexto, se pensarmos num grupo de escuteiros (grupo formal) e no grupo dos amigos da escola (grupo informal), é expectável que as respostas sobre a perceção da gravidade dos comportamentos desviantes dos membros de cada grupo sejam distintas e simultaneamente espera-se uma similaridade entre os membros do mesmo grupo.

Por sua vez, a Teoria das Normas Sociais aponta que os comportamentos dos indivíduos podem ser influenciados por perceções incorretas de como outros membros dos nossos grupos

sociais pensam e agem, sendo que podemos pensar que dadas as diferenças dos grupos formais e dos grupos informais, a forma como estes percebem a gravidade das condutas desviantes poderá também ser diferente. Assim, surge a segunda hipótese deste estudo:

H2- Existem diferenças significativas entre os grupos informais e os grupos formais na percepção da gravidade dos comportamentos desviantes.

Sempre tendo em conta a influência dos grupos de pares nos comportamentos desviantes, insere-se agora uma outra variável, a identificação ao grupo de pares. Segundo Kirchler, Pombeni e Palmonari (1991), a identificação com o grupo de pares influencia a forma como os adolescentes lidam com tarefas de desenvolvimento, tendo os autores verificado que o tipo de grupo não era significativo ao nível da forma como o sujeito lidava as tarefas de desenvolvimento. Este estudo põs em ênfase a importância da identificação ao grupo no desenvolvimento dos adolescentes, constatando que os adolescentes com maior grau de identificação ao grupo de pares eram capazes de encontrar soluções mais positivas e eficazes para os seus problemas comparativamente aos adolescentes com menor grau de identificação ao grupo de pares. Tendo por base a informação que o estudo anterior fornece sobre a importância da identificação ao grupo de pares, pretende-se averiguar se a identificação ao grupo de pares pode influenciar também as condutas desviantes. Dada a importância da identificação grupal no desenvolvimento do adolescente e tendo em conta os dois tipos de grupos distintos (formal e informal), podemos colocar como hipótese se o tipo de grupo de pares em interação com a identificação grupal influenciam as condutas desviantes dos adolescentes. Neste sentido, criou-se a seguinte hipótese:

H3- Existem diferenças significativas nos comportamentos desviantes em função do tipo de grupo (formal e informal) e da identificação ao grupo (baixa e alta).

O autocontrolo constitui-se também como um importante fator preditor da desviância juvenil pelo que também é objetivo deste estudo perceber de que forma o autocontrolo afeta a os comportamentos desviantes. A nossa quarta hipótese tem como base a ideia de Gottfredson e Hirschi (1990), que aponta a ausência de autocontrolo como um fator preditor do comportamento desviante, surgindo assim a seguinte hipótese:

H4- Existe uma associação negativa entre o autocontrolo e os comportamentos desviantes.

Pegando ainda nesta variável individual, o autocontrolo, e tendo em conta o seu carácter preditor nos comportamentos desviantes, parece pertinente perceber se outra variável como a percepção da gravidade dos comportamentos desviantes, pode atenuar ou acentuar essa relação direta entre o autocontrolo e as condutas desviantes. Daqui, resulta a quinta e última hipótese:

H5- A percepção da gravidade dos comportamentos desviantes é mediadora da relação entre o autocontrolo e os comportamentos desviantes.

De forma a enriquecer mais esta investigação e no âmbito do estudo da desviância juvenil, criaram-se as seguintes questões de investigação: **1ª)** Será que existe mais autocontrolo nos jovens que nunca foram detidos em relação aos que já foram detidos?; **2ª)** Comparando os adolescentes que já foram detidos com os que nunca foram detidos, qual dos grupos (formal e informal) terá mais comportamentos desviantes?; **3ª)** Existirão diferenças na percepção da gravidade dos comportamentos desviantes entre os adolescentes que já foram detidos e os que nunca foram detidos?

Método

1. Participantes

A amostra em estudo é constituída por 178 jovens, dos quais 99 pertencentes ao sexo masculino e 79 ao sexo feminino, com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos de idade (Tabela 1). Todos os jovens que participaram neste estudo frequentavam a Escola Secundária de Alves Redol de Vila Franca de Xira.

Tabela 1
Distribuição dos Participantes Segundo Idade e Género

		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Idade	[15;17[68	51	119
	[17;19[31	28	59
Total		99	79	178

Dos 178 jovens, 115 frequentam o ensino secundário, sendo que a maioria frequenta o 10º ano de escolaridade e 63 alunos frequentam o 3º ciclo do ensino básico (Tabela 2). Destes alunos, 23 pertenciam a uma turma CEF (Cursos de Educação e Formação) de equivalência ao 9º ano, que se encontram a frequentar o primeiro ano do curso. Importa referir que não foram aplicados questionários a turmas do 12º ano, no entanto, aquando da aplicação do questionário na turma do 11º ano, encontrava-se na sala um aluno do 12º ano que estava a assistir a uma aula de uma disciplina à qual tinha reprovado.

Tabela 2
Frequências dos Anos de Escolaridade por Género

		Idade		Total
		[15;17[[17;19[
Escolaridade	7º Ano	23	0	23
	8º Ano	11	1	12
	9º Ano	17	12	29
	10º Ano	60	29	89
	11º Ano	3	13	16
	12º Ano	0	1	1
Total		114	56	170

É importante salientar ainda que cerca de metade dos participantes já reprovaram pelo menos uma vez no seu percurso escolar, o que põe em evidência o insucesso escolar dos participantes deste estudo (Tabela 3).

Tabela 3

Estatística de Frequência de Reprovações

Reprovação	Frequência	Percentagem
Sim	89	50,3
Não	88	49,7
Total	177	100

2. Instrumentos

2.1. Escala de Autocontrolo

De forma a aceder às funções do autocontrolo dos participantes deste estudo, utilizou-se a Escala de Autocontrolo, que foi desenvolvida no âmbito do estudo da Teoria Geral do Crime (Gottfredson & Hirschi, 1990), tendo sido posteriormente validada para a população portuguesa por Fonseca (2002). Trata-se de uma escala constituída por 24 itens, onde os sujeitos deverão indicar até que ponto cada item os descreve, tendo quatro níveis possíveis de resposta (0= nada; 1= Um pouco; 2= Bastante; 3= Muito). É importante referir que os itens da escala estão na negativa, medindo por isso o descontrolo dos participantes. Desta forma, todos os itens foram invertidos para a positiva, sendo que valores mais altos significam níveis de autocontrolo mais altos.

No que diz respeito à análise das qualidades psicométricas da Escala de Autocontrolo ($M = 49,08$, $DP = 9,361$) (Tabela B1) verifica-se que estamos perante um instrumento que apresenta uma boa consistência interna, apresentando um valor de alfa de Croanbach $\alpha = 0,813$. Tendo em conta que este instrumento apresenta uma estrutura monofatorial, não se torna necessário proceder à análise fatorial da escala.

2.2. Escala de Identificação ao Grupo

Para avaliar o quanto os participantes se identificavam ao seu grupo de pares preferido, recorreu-se à Escala de Identificação ao Grupo, desenvolvida por Miranda e Gouveia-Pereira (2004). A escala permite avaliar o grau de identificação que o sujeito sente pelo seu grupo,

sendo constituída por 6 itens, avaliados numa escala tipo Likert, entre 1 (discordo completamente) a 7 (concordo completamente). Alguns exemplos de itens podem ser: “*O meu grupo de amigos é muito importante para mim*”; “*Sinto-me mais feliz por pertencer ao meu grupo*” e “*Identifico-me com o meu grupo*”.

Na análise das qualidades psicométricas também nesta escala se verifica uma boa consistência interna, apresentando um alfa de Croanbach $\alpha = 0,849$ assim como $M=5,53$ e $DP=0.877$ (Tabela B2).

2.3. Escala dos Comportamentos Desviantes

A Escala de Comportamentos Desviantes (Sanches & Gouveia-Pereira, 2013) utilizada neste estudo foi uma versão adaptada da escala originalmente desenvolvida por Gouveia-Pereira e Carita (2005, cit. por Sanches & Gouveia-Pereira, 2010). Nesta escala são apresentados aos jovens 19 itens que correspondem a uma lista de comportamentos desviantes, como por exemplo, “*Foste para a escola ou para as aulas depois de teres bebido bebidas alcoólicas?*”. É pedido ao jovem que indique se praticou estes tipos de comportamentos, sendo-lhe apresentado um estilo de resposta de dois pontos (0= Não e 1=Sim). Tendo em conta o objetivo deste estudo, acrescentou-se mais um estilo de resposta, em que o jovem caso assinalasse ter cometido algum dos comportamentos, tinha que também indicar se esse mesmo comportamento tinha sido realizado sozinho e/ou em grupo.

Nesta escala obteve-se novamente bons resultados acerca das qualidades psicométricas ($M=4$, $DP= 3.639$) (Tabela B3), apresentando assim uma boa consistência interna, assumindo o alfa de Croanbach de $\alpha = 0,859$.

2.4. Escala da Perceção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes

Na literatura não se encontrou qualquer instrumento que avaliasse a forma como os jovens percecionam a gravidade dos comportamentos desviantes. Neste sentido procedeu-se a uma adaptação da Escala de Comportamentos Desviantes (Sanches & Gouveia-Pereira, 2013), onde os 19 itens referentes aos comportamentos desviantes foram avaliados pelos participantes numa numa escala tipo Likert, entre 1 (Nada Grave) a 5 (Muito Grave).

À semelhança das outras escalas, estamos perante um instrumento que apresenta uma excelente consistência interna, tendo o alfa de Croanbach assumindo valores de $\alpha = 0,965$ e tendo apresentado $M= 3.52$ e $DP= 1.057$ (Tabela B4).

3. Procedimento

Primeiramente, iniciou-se contacto com a Diretora da Escola Secundária Alves Redol, no sentido de se obter autorização para a realização do estudo nessa Instituição escolar. Desta forma, foi realizada uma reunião com a Diretora e a Vice Diretora da escola, de modo a dar-se a conhecer os objetivos do estudo, o tipo de participantes que seria necessário, os instrumentos utilizados e para esclarecer quaisquer dúvidas que pudessem surgir. Após a autorização para a realização do estudo, foram distribuídas pelos alunos, autorizações para os encarregados de educação, onde estes davam autorização ao seu educando para participarem neste estudo (Anexo E).

A recolha dos dados estendeu-se por três dias, uma vez que tivemos que verificar todas as autorizações dos encarregados de educação. Verificadas as autorizações dos encarregados de educação iniciou-se a recolha de dados, tendo sido feita no final das aulas. Inicialmente foi explicado aos alunos que seria necessário obter o consentimento informado (Anexo F) de cada um deles, tendo ficado claro para todos que a participação no estudo era voluntária, anónima e confidencial. Posteriormente, informou-se os alunos de que teriam que responder a um questionário, indicando-se de seguida os temas em que incidiam o questionário, sem revelar muitos detalhes de forma a não influenciar os alunos no momento de responderem às questões. Assim, explicou-se detalhadamente o questionário e esclareceu-se algumas dúvidas dos alunos.

No que concerne á descrição do questionário há que dizer que este era composto por uma folha de rosto, onde constava a identificação da Instituição responsável pelo estudo, neste caso o ISPA e onde constava ainda informações acerca da confidencialidade e anonimato dos dados. O questionário iniciava-se com a Escala de Autocontrolo, seguindo-se uma lista de tipos de grupos descritos pela literatura onde o jovem tinha que indicar se fazia parte de algum desses grupos da lista. Caso o aluno não indicasse pertencer a nenhum grupo da lista, quer formal ou informal, era pedido ao aluno que indicasse o grupo a que pertencia. Seguidamente era pedido ao aluno que identificasse o seu grupo preferido e nesse sentido avaliasse de 1 (Nada Importante) a 6 (Extremamente Importante) a importância desse grupo para si. Após o preenchimento dos campos referentes ao grupo de pares, seguia-se a Escala de Identificação, pedindo ao aluno que respondesse tendo em conta o seu grupo preferido. De seguida apresentava-se a escala de comportamentos desviantes e a escala de perceção da gravidade dos comportamentos desviantes. Por último, era pedido aos alunos que fornecessem alguns dados sociodemográficos, nomeadamente, idade, género, ano de escolaridade, nacionalidade e tendo

em conta que se trata de estudo sobre os comportamentos desviantes existia um campo onde o aluno deveria indicar se já esteve detido e se sim qual o motivo.

Para o tratamento estatístico dos dados recolhidos utilizou-se o *software SPSS*, tendo sido considerada uma probabilidade de erro tipo I ($\alpha = 0.05$).

Resultados

Tendo em conta a dimensão elevada da amostra do estudo ($N= 178$), parece pertinente aludir ao Teorema do Limite Central, que diz haver uma tendência para a distribuição normal quando se trata de amostras elevadas (Marôco, 2010). Desta forma, á luz do Teorema do Limite Central pode justificar-se e assumir-se a normalidade visto que a assimetria das diferentes variáveis se situa entre os valores $[-3,3]$, bem como a curtose entre $[-7,7]$ (Tabela D1). Os testes paramétricos são os mais potentes quando se pretende detetar diferenças estatisticamente significativas em variáveis quantitativas. Visto que o pressuposto da normalidade está assumido, em todos os testes paramétricos utilizados (T-Student e Anova), foi também tida em conta a verificação do pressuposto de homogeneidade de variâncias através do teste de Levene.

1. Análise Descritiva das Variáveis em Estudo

1.1.Tipos de Grupo

Os dados obtidos relativamente aos tipos de grupo a que pertencem os participantes do estudo, revelaram que apenas 11 dos 178 jovens não fazem parte de nenhum grupo, sendo que 25 jovens pertencem a um grupo formal e 142 pertencem a grupos informais (Tabela G1). Desta forma, em seguida, é apresentado um gráfico representativo do tipo de grupo a que os participantes deste estudo pertencem (Figura 1).

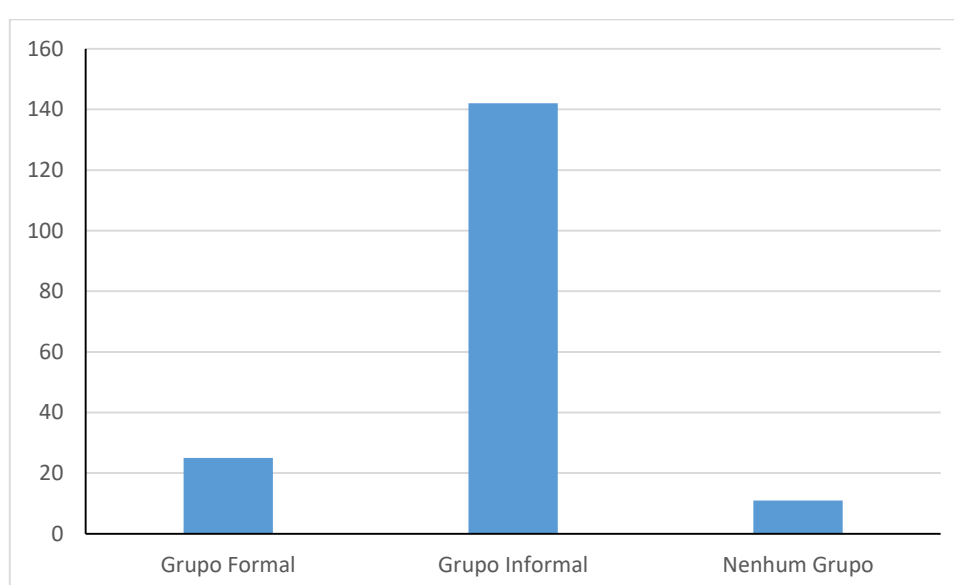


Figura 1. Gráfico de frequência segundo o tipo de grupo

Dos vários tipos de grupos disponíveis no questionário, quase 30 % dos jovens elegem o grupo de amigos da escola como o seu grupo preferido. Ainda dentro do contexto escolar, 20,2 % dos jovens escolheram o grupo de amigos de turma como o seu grupo de pares preferido. Quanto ao terceiro grupo mais mencionado como preferido pelos jovens, o grupo do bairro e o grupo desportivo ocupam o mesmo lugar, uma vez que 11.2 % dos jovens indicaram um destes grupos como o seu preferido (Tabela G2). É importante ainda referir que 6.2 % dos jovens não escolheram nenhum grupo como preferido.

Verifica-se que o grupo dos fumadores e o grupo dos hippies foram os grupos menos indicados como preferidos, sendo que somente um jovem referiu o grupo de fumadores como preferido e outro jovem referiu o grupo de hippies como preferido (Figura 2).

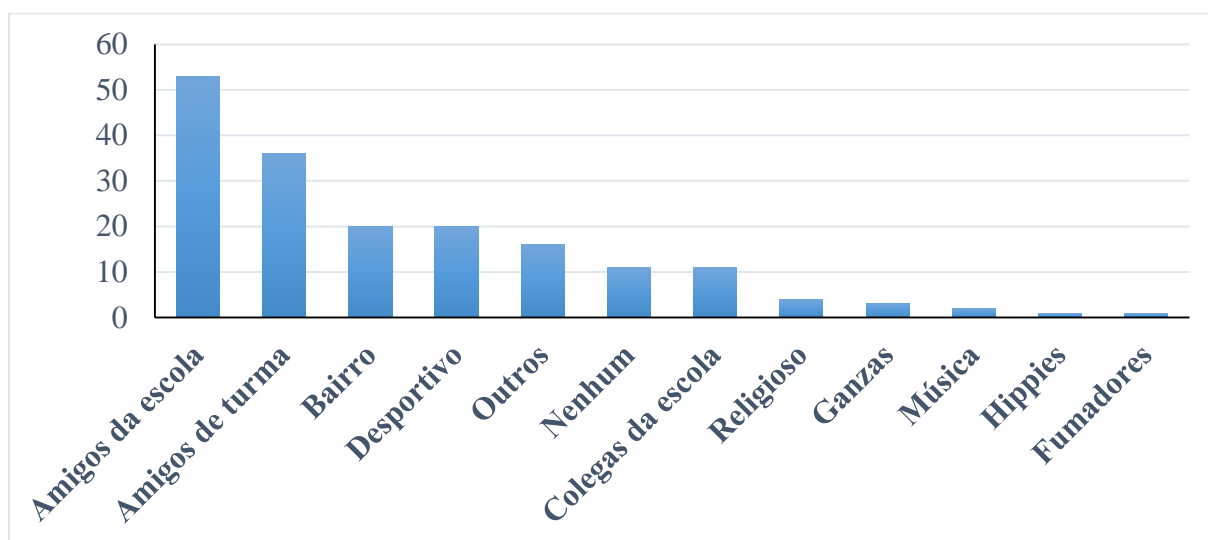


Figura 2. Gráfico da frequência dos diferentes grupos

1.2. Comportamentos Desviantes

Dos resultados obtidos verifica-se que dos 178 jovens que compõem a nossa amostra, apenas 20 jovens não realizaram qualquer tipo de comportamento desviante. Em termos percentuais, verifica-se que 88% dos jovens cometeram pelo menos um comportamento desviante. Ressalta ainda que 91% dos jovens cometeram pelo menos até 10 comportamentos desviantes, sendo que os outros restantes 9 % cometeram mais de 10 comportamentos desviantes (Tabela H1).

Além de se ter verificado a frequência dos comportamentos desviantes, verificou-se também quais desses comportamentos eram realizados sozinho ou em grupo. Na Figura 3

podemos observar os comportamentos desviantes mais realizados em grupo, sendo possível ainda comparar os mesmos comportamentos quando realizados sozinhos. Andar de transportes públicos sem pagar bilhete foi o comportamento mais realizado em grupo pelos jovens, sendo que 50 jovens também realizaram este comportamento sozinhos. Como segundo comportamento mais realizado em grupo surge o faltar às aulas para ficar com os colegas, tendo 69 jovens admitido que o fizeram em grupo e 28 jovens revelaram terem feito sozinhos. Relativamente ao terceiro comportamento mais realizado em grupo, verifica-se que 45 jovens revelaram o consumo de haxixe ou marijuana em grupo e somente 13 jovens o fizeram sozinho. Destes valores destacam-se as diferenças para este último comportamento, uma vez que é no consumo de drogas que se verifica uma maior ação coletiva por parte dos jovens (Tabela H2).

De forma a averiguar se existiam diferenças significativas nestes três comportamentos desviantes quando realizados em grupo ou sozinho, procedeu-se à realização do teste estatístico *t-Student*, tendo-se verificado que não existem diferenças significativas (Tabelas H3 e H4).

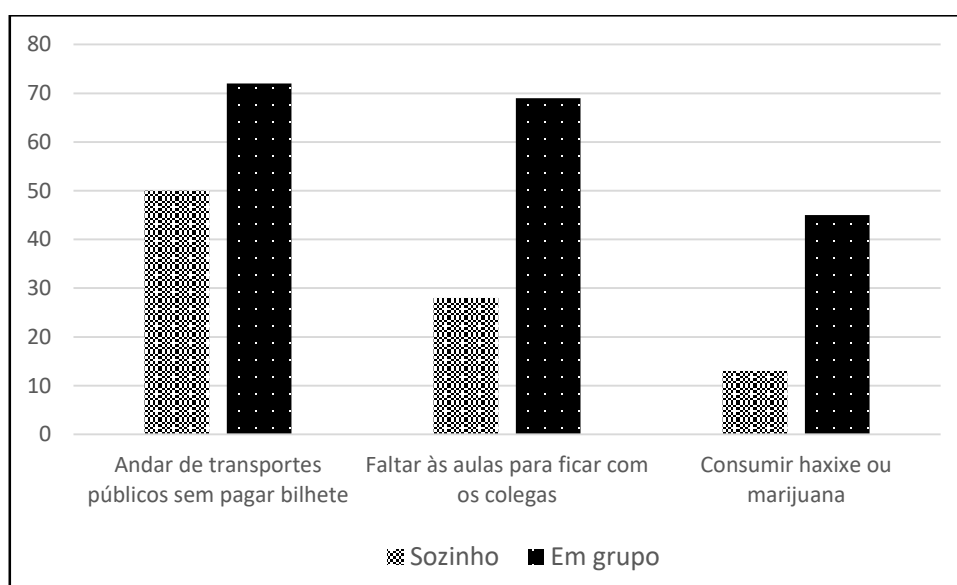


Figura 3. Gráfico dos três comportamentos desviantes mais praticados em grupo

A Figura 4 mostra-nos os comportamentos desviantes mais realizados sozinhos. Dos três comportamentos mais realizados sozinhos pelos jovens, mentir a adultos foi aquele que foi admitido por parte dos jovens, tendo 107 jovens revelado já ter mentido a adultos sem a intervenção de qualquer outra pessoa, sendo que 30 jovens admitiram que também mentiram a um adulto mas em grupo. Como segundo comportamento mais realizado sozinho pelos jovens temos o andar de transportes públicos sem pagar bilhete. Curiosamente, este comportamento constitui também o primeiro comportamento como o mais realizado em grupo, o que daqui

ressalta que este é um dos comportamentos que é mais cometido pelos jovens, quer em grupo, quer sozinho. Por último, roubar alguma coisa que valia menos de 5 euros é o terceiro comportamento mais realizado sozinho, já que 4 jovens revelaram ter tido este comportamento sozinhos e outros 30 jovens revelaram terem realizado este comportamento em grupo, o que não apresenta grandes diferenças. Desta forma, destacamos os valores referentes ao primeiro comportamento mais realizado sozinho, mentir a um adulto, que revela que no momento de mentir a adultos os jovens fazem-no maioritariamente quando estão sozinhos, sem a presença dos seus pares (Tabela H2).

De igual forma ao realizado para os três comportamentos desviantes mais realizados em grupo, analisou-se a existência de diferenças significativas entre os comportamentos realizados sozinhos e em grupo. Os resultados obtidos permitem concluir que não existem diferenças significativas nos três tipos de comportamento mais realizados sozinhos, ou seja, para os primeiros três comportamentos mais praticados sozinhos não existem diferenças entre esses comportamentos serem realizados sozinhos ou em grupo (Tabelas H5 e H6).

Resumidamente, os valores obtidos revelaram que de uma forma geral houve mais comportamentos desviantes realizados em grupo do que realizados sozinhos.

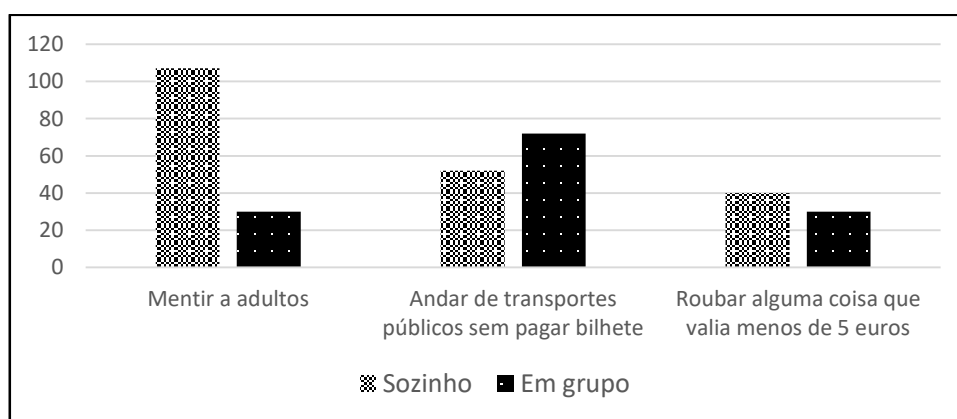


Figura 4. Gráfico dos três comportamentos desviantes mais praticados sozinhos

Ainda dentro da variável dos comportamentos desviantes apresenta-se os resultados referentes aos participantes que já foram detidos (Tabela H3). Dos 178 jovens que integraram a amostra, somente 31 jovens revelaram já terem sido detidos, contrariamente aos 147 jovens que nunca foram detidos. Dos vários motivos de detenção apresentados pelos jovens, destacam-se os motivos de detenção relacionados com desacatos, vandalismo, agressão e consumo de drogas.

2. Resultados Relativos às Hipóteses

2.1. Tipo de Grupo e Comportamentos Desviantes

De modo a averiguar se existem diferenças significativas entre o tipo de grupo (formal e informal) a que um jovem pertence nos comportamentos desviantes, procedeu-se à realização do teste estatístico *t-Student*.

Os resultados evidenciaram que não existem diferenças significativas, isto é, não se verificaram diferenças nos comportamentos desviantes realizados pelos participantes tendo em conta o tipo de grupo ao qual pertencem ($t(165) = .786; p = .433$) (Tabela I1). Apesar de não se verificarem diferenças significativas nos comportamentos desviantes relativamente aos diferentes tipos grupos de pares, é possível observar que em média o número de comportamentos desviantes nos grupos informais ($M = 4.81$) é ligeiramente superior comparativamente aos grupos formais ($M = 4.64$) (Tabela I2).

Importa ainda referir que existe uma maior variação do número de comportamentos desviantes no grupo informal, onde existem jovens que não apresentam nenhum comportamento desviante e outros jovens apresentam 17 comportamentos desviantes realizados ($DP = 3.753$, $Min = 0$, $Máx = 17$). Já nos grupos formais o número de comportamentos desviantes realizados varia entre 1 e 12 ($DP = 4.64$, $Min = 1$, $Máx = 12$) (Tabela I2).

2.2. Tipo de Grupo e Perceção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes

Tendo em conta o objetivo da segunda hipótese deste estudo, isto é, verificar se existem diferenças significativas entre os grupos informais e os grupos formais na perceção da gravidade dos comportamentos desviantes, aplicou-se novamente o teste estatístico *t-Student*.

Os resultados obtidos revelaram que não existem diferenças significativas na perceção da gravidade dos comportamentos desviantes entre jovens que pertençam a grupos formais e jovens que pertençam a grupos informais ($t(165) = .150; p = .881$) (Tabela J1). Constatou-se que o grau de perceção da gravidade dos comportamentos desviantes é muito próximo entre os dois tipos de grupo, formal ($M = 3.59$) e informal ($M = 3.55$) (Tabela J2), o que significa que dos vários comportamentos desviantes apresentados aos jovens, estes, quer pertençam a um grupo formal ou informal, classificam-nos entre moderado e grave. Por último, apesar de as diferenças não serem significativas é nos grupos formais onde se verifica ligeiramente uma maior perceção da gravidade dos comportamentos desviantes.

2.3. Identificação ao Grupo e Comportamentos Desviantes

Para a terceira hipótese deste estudo, que pretende verificar se existem diferenças significativas nos comportamentos desviantes em função do tipo de grupo (formal e informal) e da identificação ao grupo (baixa e alta), utilizou-se o teste estatístico ANOVA *Two-way*. No entanto, antes de se proceder à aplicação do teste estatístico foi necessário realizar uma dicotomização da escala de identificação ao grupo, onde os valores pertencentes ao intervalo [1; 5[referem-se a uma baixa identificação ao grupo e os valores pertencentes ao intervalo [5; 7] correspondem a uma alta identificação ao grupo. Neste sentido, verificou-se que 39 jovens apresentam uma baixa identificação ao grupo de pares enquanto que 135 jovens referem apresentar uma alta identificação ao seu grupo de pares (Tabela K1).

Através dos resultados obtidos do teste estatístico ANOVA *Two-way*, verificou-se que não existem diferenças significativas nos comportamentos desviantes entre os grupos formais e informais, tal como ficou demonstrado com os resultados da primeira hipótese. Relativamente à variável identificação ao grupo constatou-se que existem diferenças significativas nos comportamentos desviantes entre os adolescentes com uma baixa identificação ao grupo de pares e os adolescentes com uma alta identificação ($F(1,168) = 4.223, p = .038$). Assim, conclui-se a presença de um efeito principal da identificação ao grupo nos comportamentos desviantes, sendo que é na identificação grupal alta ($M=6.11$) que se verifica mais comportamentos desviantes (Tabela K2). Desta forma a variável identificação grupal modera o efeito da variável do tipo de grupo nos comportamentos desviantes, verificando-se assim um efeito de interação ($F(2,168) = 3.959, p = .047$) (Tabela K3). De salientar ainda que é nos jovens que manifestam uma alta identificação e que pertencem a grupos informais que observamos um maior número de comportamentos desviantes ($M = 6.2$).

Resumidamente, estes resultados demonstram que o tipo de grupo (formal ou informal) quando em interação com a identificação ao grupo (alta ou baixa) podem influenciar a prática de comportamentos desviantes pelos jovens.

2.4. Autocontrolo e Comportamentos Desviantes

Como quarta hipótese pretende-se analisar se existe uma associação negativa entre o autocontrolo e os comportamentos desviantes, tendo-se aplicado o teste estatístico de Correlação de Pearson. De acordo com os resultados obtidos, conclui-se a existência de uma associação negativa entre o autocontrolo e os comportamentos desviantes ($r = -.342; p = .001$)

(Tabela L1). Estes valores demonstram que jovens com um maior autocontrolo apresentam menos comportamentos desviantes quando comparados com jovens com baixo autocontrolo que tendem a praticar mais comportamentos desviantes.

2.5. Mediação entre o Autocontrolo e a Perceção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes

A última hipótese deste estudo propôs um modelo em que a perceção da gravidade dos comportamentos desviantes é mediadora da relação estabelecida entre o autocontrolo e os comportamentos desviantes. Para testar este modelo de mediação, é necessário primeiramente verificar se se cumprem quatro condições essenciais para que possamos concluir que existe mediação (Baron & Kenny, 1986).

Como primeira condição é necessário verificar se existe um efeito significativo da variável independente, neste caso o autocontrolo, sobre a variável mediadora, ou seja, perceção da gravidade dos comportamentos desviantes, tendo-se para tal recorrido a uma regressão linear simples. Assim, através deste teste verifica-se que as variáveis estão associadas de forma estatisticamente significativa ($\beta = 0,209$, $p = .005$, $R^2a = .038$) (Tabela M1 e M3), permitindo concluir a verificação desta primeira condição.

A segunda condição necessária exige a realização de uma nova análise de regressão linear, de modo a testar o efeito da variável independente, autocontrolo, sobre a variável dependente, comportamentos desviantes. Como tal, realizou-se uma segunda análise de regressão linear onde o autocontrolo mantém-se como variável independente, enquanto o lugar da variável dependente é agora ocupado pelos comportamentos desviantes. Daqui foi possível verificar que o efeito é estatisticamente significativo ($\beta = -.342$, $p < .001$, $R^2a = .112$), o que satisfaz a segunda condição (Tabela M4 e M6).

A terceira condição passa pela avaliação da relação entre a variável mediadora (perceção da gravidade dos comportamentos desviantes) e a variável dependente (comportamentos desviantes). Assim, o lugar de variável independente é ocupado pela perceção da gravidade dos comportamentos desviantes, enquanto a variável dependente será a variável comportamentos desviantes. Daqui foi possível inferir que existe uma relação estatisticamente significativa entre estas duas variáveis ($\beta = -.319$, $p < .001$, $R^2a = 0.097$) (Tabela M8 e M9).

Por último, o quarto passo requer uma análise de regressão desta vez através do método de seleção stepwise onde foram introduzidas simultaneamente as variáveis independentes autocontrolo e mediadora, gravidade dos comportamentos desviantes, como variáveis

independentes, para verificar o seu efeito na variável dependente (comportamentos desviantes). De acordo com os autores Baron e Kenny (1986) o efeito da variável independente sobre a variável dependente nesta última regressão deve diminuir em comparação com a análise de regressão linear em que era considerada como único fator. Nesta última análise de regressão verifica-se que o efeito da variável independente (autocontrolo) sobre a variável dependente (comportamentos desviantes) enfraquece quando é adicionada a variável mediadora (perceção da gravidade dos comportamentos desviantes) é significativo, o que leva a concluir que existi uma mediação parcial ($\beta = -.259, p < 0,001$) (Tabela M14).

Uma vez que foram satisfeitas todas as condições apontadas por Baron e Kenny (1986) realizou-se o teste Z de Sobel (<http://quantpsy.org/sobel/sobel.htm>), através do qual se conclui que a diminuição do efeito do autocontrolo sobre os comportamentos desviantes da segunda para a última análise de regressão linear é estatisticamente significativa ($Z = -2.447, p = .014$).

Desta forma pode-se afirmar que existe um modelo de mediação parcial entre estas variáveis, isto é, a variável perceção da gravidade dos comportamentos desviantes é uma mediadora parcial da relação entre o autocontrolo e os comportamentos desviantes juvenis, corroborando assim a última hipótese deste estudo. A figura 5 ilustra este modelo de mediação.

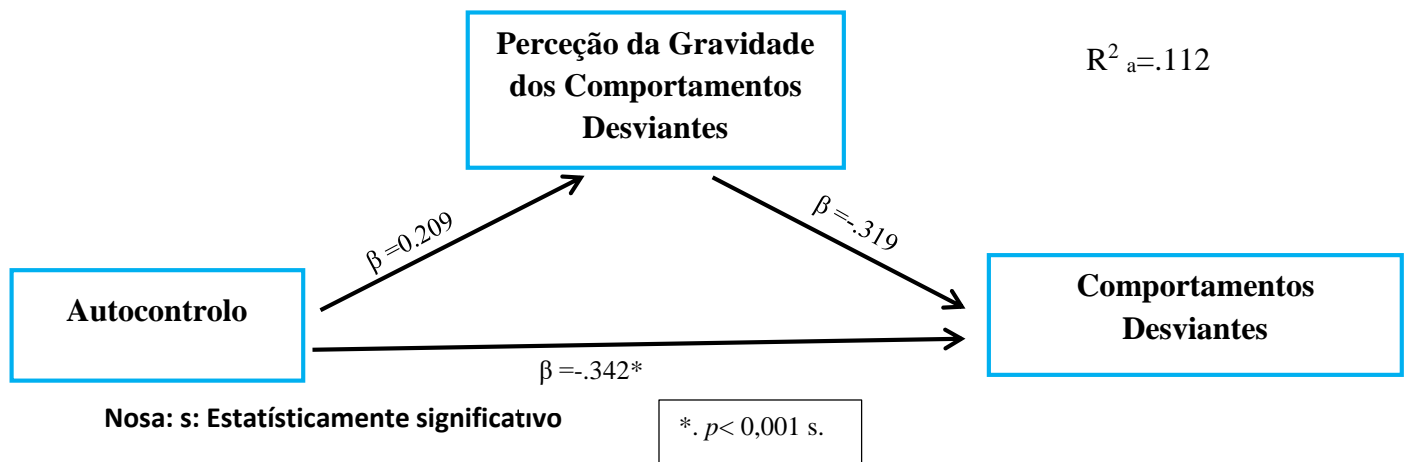


Figura 5. Modelo de Mediação

2.6. Diferenças entre o Número de Jovens Detidos e o Autocontrolo, os Comportamentos Desviantes e a Perceção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes

Relativamente às questões de investigação deste estudo, procedeu-se ao teste estatístico *t-Student* (Tabela N1). Começando pela variável do autocontrolo, os resultados obtidos indicam que existem diferenças significativas entre os participantes que já foram detidos e os

participantes que não foram detidos relativamente á sua capacidade de autocontrolo ($t(176) = 2.119$; $p = .035$). Quer isto dizer que verificou-se uma maior capacidade de autocontrolo nos jovens que nunca foram detidos comparativamente com os jovens que já foram detidos. Constatou-se que os participantes que já foram alvo de pelo menos uma detenção apresentam baixos valores de autocontrolo ($M = 38.818$).

No que concerne aos comportamentos desviantes, é importante referir que não se verificou a homogeneidade das variâncias, pelo que os resultados obtidos assentam nos valores das variâncias não assumidas. Desta forma, verificou-se que existem diferenças significativas entre os participantes que já foram detidos e os participantes que nunca foram detidos nos comportamentos desviantes, ou seja, os jovens que já foram detidos apresentam um maior número de comportamentos desviantes quando comparados com o grupo dos participantes que nunca foram detidos ($t(140) = 7.220$; $p = .001$). Assim, observou-se que os participantes que já foram detidos admitiram terem praticado em média cerca de 8 comportamentos desviantes, sendo que em alguns participantes detidos verifica-se um número de 17 comportamentos desviantes. No entanto, observa-se que existem participantes que indicaram não terem cometido nenhum comportamento desviante, mesmo admitindo terem já sido detidos.

Por último, no caso da perceção da gravidade dos comportamentos desviantes, após a verificação da homogeneidade das variâncias, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas, o que significa que não existem diferenças na forma como os jovens percecionam a gravidade dos comportamentos desviantes, quer tenham sido detidos ou não ($t(140) = -1.035$; $p = .302$). No caso dos participantes que já foram detidos, estes classificaram os 17 comportamentos desviantes apresentados no questionário maioritariamente como moderados ($M = 3.34$). Na tabela 4 podemos encontrar os valores obtidos do autocontrolo, dos comportamentos desviantes e da perceção da gravidade dos mesmos referentes aos participantes que já foram detidos.

Tabela 4

Estatística Descritiva do Autocontrole, dos Comportamentos Desviantes e da Percepção da Gravidade dos comportamentos Desviantes para os Jovens com Detenções

	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Autocontrole	31	35,818	6,353	15	58
Comportamentos Desviantes	31	7,770	4,631	0	17
Percepção da Gravidade	31	3,340	,853	1	5

Discussão

1. Discussão dos Resultados

O presente estudo teve como objetivo analisar e compreender a influência que os grupos de pares exercem sobre os jovens, nomeadamente, na realização ou não de condutas desviantes. Mais precisamente, focámo-nos no tipo de grupo, formal e informal, para tentarmos perceber que de que forma esses grupos, influenciam os comportamentos desviantes assim como a percepção da gravidade dos mesmos. Pegando ainda na questão dos tipos de grupo, formulou-se como hipótese que esta variável em interação com a identificação grupal provocavam diferenças nos comportamentos desviantes. Por considerarmos que o fenómeno da desviância juvenil é multifatorial, recorreu-se também ao estudo de uma variável individual, que tem sido apontada como um principal fator da desviância juvenil, o autocontrolo. Assim neste estudo pretendeu-se analisar o efeito de variáveis individuais e sociais nos comportamentos desviantes.

Os resultados obtidos evidenciaram desde logo que a grande maioria dos participantes pertenciam a um grupo, o que corrobora vários estudos empíricos que referem a adesão de quase todos os adolescentes a um grupo, formal e/ou informal (Gouveia-Pereira, 1995; Palmonari, 1990; Seda Nunes, Machado Pais & Schmidt, 1989), tal como se verificou neste estudo. Da mesma forma que neste estudo também se verificou que a maioria dos adolescentes pertence a um grupo informal, o que vem corroborar um estudo realizado por Palmonari, Pombeni e Kirchler (1989), onde se constatou que 90% dos adolescentes desse estudo faziam parte de um grupo informal.

Relativamente aos grupos com maior preferência por parte dos nossos participantes, constatou-se que o grupo de amigos da escola e o grupo de amigos da turma são os dois grupos preferidos pelos jovens, o que vai de encontro aos resultados encontrados por alguns autores (e.g. Kirchler & Gouveia-Pereira, 1998), que indicam que é no contexto escolar que os grupos assumem maior importância para os adolescentes, uma vez que é na escola que os adolescentes passam grande parte do seu dia-a-dia, o que fomenta o convívio com os pares da escola. De acordo com Gouveia-Pereira (1995) o contexto escolar é um espaço privilegiado na formação do grupo de pares, onde os colegas de escola se destacam nas interações quotidianas.

Outro dado que se destaca deste estudo é o facto que a maioria dos comportamentos desviantes realizados pelos participantes foram realizados em grupo. De acordo com a teoria da aprendizagem social (Sutherland, 1939), as atividades delinquentes dos adolescentes ocorrem dentro do contexto grupal, o que se veio a comprovar neste estudo. Num outro estudo, Carroll,

Hattie, Durkin e Houghton (1997) demonstraram que os comportamentos desviantes não são realizados de forma isolada. Não nos podemos esquecer que quando falamos em desviância juvenil falamos em adolescentes e que a adolescência é vivida e marcada pelo envolvimento no grupo (Erickson & Jessen, 1977).

Na primeira hipótese em estudo pretendeu-se averiguar se existiam diferenças significativas nos comportamentos desviantes entre o tipo de grupo a que pertence um jovem, tendo os resultados demonstrado que não existem diferenças. Estes resultados significam que não existem diferenças quer nos grupos formais quer nos grupos informais no que diz respeito à realização de comportamentos desviantes. No entanto, não podemos esquecer que o número de jovens pertencentes a grupo formais é bastante reduzido (N=25), quando comparado com o número de jovens pertencentes a grupos informais (N= 142), o que pode influenciar os resultados. Não obstante, a literatura refere que à semelhança de vários comportamentos, o comportamento desviante é aprendido através da aprendizagem como resultado da interação e comunicação com os pares (Sutherland, 1939). Desta forma, no caso de um adolescente que comece a interagir com o grupo de fumadores terá um maior risco de começar a fumar do que se interagisse com outro grupo com membros que não fumassem. No entanto, é preciso ressaltar que a pertença a um grupo desviante é um risco e não uma determinação para uma conduta desviante por parte do adolescente. Não estando em desacordo com esta ideia, Emler (1984) acrescenta que a prática de comportamentos desviantes pode ser encarada como uma forma de os jovens se sentirem afiliados ao seu grupo de pares.

O autor refere que muitos jovens de modo a sentirem-se afiliados ao seu grupo de pares tentam alcançar uma reputação desviante, pois só assim serão aceites pelo grupo o que levará a que se integrem mais facilmente no seio do grupo. De acordo com Emler e Reicher (1995), a realização desses comportamentos trata-se de uma escolha deliberada do adolescente para alcançar uma posição de maior valor e poder no seio do grupo de pares, ou seja, de forma a alcançar e reforçar a sua reputação social. Para os autores a manifestação de comportamentos desviantes, tem como objetivo criar e manter a reputação e reforçar os laços de pertença ao grupo, que neste caso, tratar-se-á de um grupo que pratica e valoriza as condutas desviantes.

Segundo Haynie (2002), o grupo de pares em que o jovem está integrado, pode facilitar o seu envolvimento em condutas desviantes. Alguns autores (e.g. Born, 2005) apontam os bairros sociais como fatores de risco no que diz respeito à delinquência. Se pensarmos no grupo do bairro, que se trata de um grupo informal, principalmente se tivermos em conta bairros sociais, em que a delinquência é uma dura realidade, a probabilidade de encontramos grupos delinquentes é alta. Sabe-se que a exposição a pares delinquentes está fortemente

correlacionada com a delinquência (Gullota, Adams & Montemayor, 1998), o que parece indicar que um jovem que pertença a um grupo informal, como o grupo do bairro, bairro esse caracterizado pela delinquência, apresente um maior risco de começar a praticar comportamentos desviantes (Erickson & Jensen, 1977).

Apesar de não se terem verificado diferenças significativas nos tipos de grupo relativamente aos comportamentos desviantes, a literatura parece indicar que é nos grupos informais que os comportamentos desviantes mais se perpetuam. Os trabalhos realizados por Palmonari et al., (1990) chamaram para a atenção de existir um estereótipo social, onde os grupos formais são identificados como grupos positivos e os grupos com jovens de risco, delinquentes e comportamentos irregulares são associados a grupos informais, ou seja, existe uma estigmatização dos grupos formais em relação ao fenómeno delinquencial. Tendo os resultados deste estudo demonstrado que não existem diferenças nos comportamentos desviantes entre os tipos de grupo, permite-nos afirmar que não é totalmente verdade dizer que é nos grupos informais que se verificam mais comportamentos desviantes. Na opinião de Palmonari (1990), se não quisermos abandonar a ideia de que muitos comportamentos desviantes nascem em grupos informais, também devemos ter em conta que alguns grupos formais em certas ocasiões possam também adotar condutas desviantes, o que corrobora os nossos resultados da primeira hipótese.

Como nota final é importante salientar que a associação com os grupos de pares durante a adolescência não apresenta somente aspetos negativos como têm revelado alguns estudos na área dos comportamentos desviantes. A influência dos grupos de pares durante o desenvolvimento do adolescente desempenha um papel importante no desenvolvimento da socialização e na aprendizagem das capacidades sociais (Gouveia-Pereira, 1995).

Relativamente à segunda hipótese que consistia em averiguar se existiam diferenças significativas na perceção da gravidade dos comportamentos desviantes entre os grupos formais e os grupos informais, verificou-se que não existem diferenças significativas. À semelhança dos resultados obtidos na primeira hipótese, também na segunda hipótese ficou demonstrado que os diferentes tipos de grupo não apresentam diferenças entre si na forma como percecionam a gravidade dos comportamentos desviantes. Estes resultados vêm mais uma vez dar força á ideia de Palmonari et al., (1990) demonstrando que não se pode associar aspetos positivos aos grupos formais e aspetos negativos aos grupos informais. Como se pode constatar neste estudo, ambos os tipos de grupos percecionam a gravidade dos comportamentos desviantes de igual forma, não havendo assim uma diferenciação entre os grupos formais e os grupos informais.

De acordo com a Teoria das Normas Sociais (Perkins, 2007), o nosso comportamento pode ser influenciado por percepções incorretas de como outros membros dos nossos grupos sociais pensam e agem. Se pensarmos num grupo informal como um *gang*, onde existe um risco maior de encontrarmos condutas desviantes, percebemos que os membros desse grupo, partilham os mesmos valores e crenças, pelo que ações como consumir droga sejam desvalorizadas entre os vários membros do grupo, levando a uma perpetuação deste comportamento. No entanto, o que os resultados deste estudo revelaram que um grupo informal percebe a gravidade dos comportamentos desviantes semelhantemente da mesma forma que os grupos formais, pelo que sugere que um *gang* e um grupo de escuteiros não se diferenciam pela forma como percebem a gravidade das condutas desviantes.

Palmonari, Pombeni e Kirchler (1989) salientaram o papel importantíssimo de socialização que os grupos de pares desempenham no comportamento do adolescente, referindo que através do grupo o indivíduo adquire valores e competências que servirão de guia para o seu comportamento. Por sua vez, Tajfel (1983) menciona que os membros de um grupo são levados a pensar e agir de acordo com os valores desse grupo, sendo por vezes obrigados a comportar-se de acordo com a sua pertença grupal, sendo possível pensarmos que a percepção da gravidade dos comportamentos desviantes à semelhança de outras crenças ou valores sociais é influenciada pelo grupo de pertença do jovem. Assim, pode-se afirmar que de acordo com a literatura o grupo de pares influencia a forma como os seus membros pensam e agem, nomeadamente ao nível da forma como percebem a gravidade das condutas desviantes, sendo que não é o tipo de grupo que influencia a forma como os adolescentes percebem a gravidade dos comportamentos desviantes. Independentemente dos resultados obtidos neste estudo, não deixa de ser verdade que o grupo de pares é uma entidade de socialização, permitindo aos jovens adquirirem competências e valores que lhes servem de guia para o seu comportamento, pertença o jovem a um grupo formal ou a um grupo informal.

Passando agora para a discussão da terceira hipótese, que consistia em analisar se existiam diferenças significativas nos comportamentos desviantes em função do tipo de grupo (formal e informal) e da identificação grupal (baixa e alta), concluiu-se que é na interação do tipo de grupo com a identificação ao grupo que se verificam diferenças significativas. Por outras palavras, o tipo de grupo não provoca diferenças nos comportamentos desviantes, como já tinha sido demonstrado na nossa primeira hipótese, no entanto, o tipo de grupo em conjunto com a identificação grupal vão determinar o número de comportamentos desviantes por parte de um jovem. Os resultados demonstraram que é nos jovens pertencentes a grupos informais e com uma alta identificação grupal que se verifica um maior número de comportamentos desviantes.

Palmonari, Pombeni e Kirchler (1989;1990), num estudo sobre a identificação dos indivíduos com o seu grupo, verificaram que os sujeitos que se identificavam muito com o grupo apresentavam maior tendência para solicitar ajuda aos outros membros e que o grupo representava uma figura de apoio em situações de solidão e outros problemas psicossociais. Deste modo, percebemos como a identificação ao grupo desempenha um papel importante no desenvolvimento do jovem. Será que podemos afirmar que a identificação ao grupo desempenha igualmente um papel importante no aparecimento dos comportamentos desviantes? Para Sutherland (1939) o comportamento na adolescência é aprendido na interação e comunicação com os outros pares assim como tal aprendizagem também ocorre no que toca ao comportamento desviante. Agnew (1985) defende a ideia de que os adolescentes delinquentes são muito mais orientados para o grupo e mais dependentes deste do que os adolescentes normativos, isto é, que existe uma forte identificação em relação ao seu grupo.

Para Emler e Reicher (1987) a delinquência resulta de um processo de conformidade às normas e expectativas do grupo, sendo que se verifica uma tendência para os jovens se associarem a indivíduos com quem possam partilhar essas normas, crenças e experiências similares. Contrariamente ao que acontece nos outros grupos, nos grupos desviantes a homogeneidade grupal vai aumentando em vez de diminuir (Patterson, 1989). Assim, nos grupos informais como por exemplo num *gang*, classificado como um grupo anti-normativo, onde o seu principal objetivo centra-se na transgressão das normas e na delinquência (Gomes & Martins, 2011), espera-se que a homogeneidade dos seus membros vá aumentando, nomeadamente ao nível do sentimento de pertença e identificação ao grupo. Como referem Gomes e Martins (2011), os *gangs* caracterizam-se sobretudo por sentimentos forte de cooperação e de pertença, pelo que quanto mais identificados se sintam com o *gang* mais o jovem perpetue os mesmos tipos de comportamentos, neste caso, comportamentos desviantes. Esta ideia vai de encontro com os resultados obtidos, isto é, será nos grupos informais com uma forte identificação que se encontra uma maior prática de comportamentos desviantes. O mesmo é expectável nos restantes grupos informais, como por exemplo no grupo dos amigos da escola, não no que diz respeito à prática de condutas desviantes mas à tendência da homogeneidade entre os membros desse grupo, nomeadamente ao nível das suas preferências musicais e estilos de roupa.

No que concerne aos grupos formais, estes são caracterizados pelo seu carácter formal no que diz respeito à sua estrutura e à sua organização, sendo que quando pensamos em grupos formais pensamos por exemplo nos grupos dos escuteiros, nos grupos religiosos e nos grupos desportivos. Contrariamente aos grupos desviantes, os grupos formais são considerados grupos

normativos. Se nos grupos informais os seus membros adotam práticas desviantes devido a um forte sentimento de pertença e uma alta identificação assim como de forma a alcançarem uma reputação social concordante com o grupo em que estão inseridos, também nos grupos formais, a identificação ao grupo pode influenciar os seus comportamentos. Tendo em conta o que nos diz Tajfel (1983) sobre o facto de os adolescentes serem obrigados a comportar-se de acordo com as suas pertenças grupais, faz sentido que um individuo que pertença e tenha uma forte identificação a qualquer grupo formal, rejeite qualquer tipo de comportamento que vá contra as normas sociais, nomeadamente os comportamentos desviantes. Os resultados da terceira hipótese revelaram que existia menos comportamentos desviantes nos adolescentes que pertenciam a grupos formais e com uma alta identificação ao grupo, dando assim suporte á ideia de Tajfel de que os jovens comportam-se de acordo com as suas pertenças grupais.

Neste sentido, podemos dizer que os resultados da terceira hipótese vão de encontro com a literatura que aponta que a pertença a determinado grupo implica atitudes de rejeição e de desvalorização face a elementos que não façam parte do seu grupo (Gouveia-Pereira et. al., 2000). Assim, percebe-se que no caso dos grupos formais, quanto mais o individuo se identifique com esse grupo, haja uma maior rejeição e desvalorização dos valores e comportamentos que vão contra os ideais do seu grupo, como é o caso dos comportamentos desviantes. Como nota final relativamente á terceira hipótese, é importante reforçar a ideia que mais importante que estudar os tipos de grupo, nomeadamente, nas características do grupo ou do indivíduo, é compreender os aspetos de relacionamento com o grupo, de modo a compreender-se o total significado de pares durante a adolescência e neste caso, nas condutas desviantes.

No que concerne á discussão da quarta hipótese que estabelecia uma associação negativa entre o autocontrolo e os comportamentos desviantes, os resultados evidenciaram que de facto os jovens que apresentam mais autocontrolo apresentam menos comportamentos desviantes. Assim, estes resultados vêm dar suporte á Teoria Geral do Crime, segundo a qual os comportamentos desviantes são manifestações da falta de autocontrolo (Gottfreson & Hirschi, 1990). São vários os estudos que demonstram que existe uma relação entre o comportamento desviante e a falta de autocontrolo (e.g. Fonseca, 2002; Fonseca & Simões, 2002). Os resultados que se obteve na quarta hipótese deste estudo vêm assim corroborar os estudos anteriores. Importa salientar que de acordo com alguns autores (e.g. Longshore, Chang & Messina, 2005; Young, 2011), o autocontrolo pode mesmo ser uma característica determinante na formação de grupos delinquentes. Contudo, chama-se atenção para o facto de que a falta de autocontrolo não implica necessariamente uma conduta desviante, uma vez que indivíduos com pouca

capacidade de autocontrole podem nunca chegar a adotar comportamentos desviantes (Gottfredson & Hirschi, 1990).

Como quinta hipótese, propôs-se uma relação de mediação entre a percepção da gravidade dos comportamentos desviantes entre o autocontrole e os comportamentos desviantes, tendo-se verificado uma mediação parcial. Segundo Kline (2011), uma variável mediadora é aquela que numa relação entre variáveis em que há efeitos indiretos transmite os efeitos causais das variáveis antecedentes às consequentes. Desta forma, partindo da premissa que o autocontrole relacionava-se com as condutas desviantes, queria-se perceber até que ponto a percepção que o jovem tinha dos comportamentos desviantes, podia influenciar as suas ações, tendo em conta o seu autocontrole. Com os resultados obtidos podemos afirmar que a percepção da gravidade dos comportamentos desviantes media parcialmente a relação do autocontrole com os comportamentos desviantes. Por se tratar de um estudo sem precedentes não é possível apresentar-se outros estudos que corroborem ou refutem os resultados. No entanto na literatura podemos encontrar alguns estudos que apontam outras variáveis mediadoras da relação do autocontrole e dos comportamentos desviantes

Na literatura podemos encontrar outras variáveis mediadoras desta relação entre o autocontrole e as condutas desviantes. Num estudo recente, Gomes (2013), verificou a presença de um modelo de mediação total, em que o efeito do funcionamento familiar nas condutas desviantes juvenis estavam mediadas pelo autocontrole dos jovens. Estes dados vieram confirmar a Teoria Geral do Crime (Gottfredson & Hirschi, 1990), confirmando assim um modelo de mediação em que a relação entre o funcionamento familiar e a desviância juvenil é totalmente mediada pelo autocontrole. Não obstante, também as características temperamentais da criança têm sido apontadas como variáveis mediadoras da relação entre práticas parentais e comportamentos desviantes, sendo referenciada, em diferentes estudos, a inadequação das práticas educativas parentais como resposta aos comportamentos disruptivos das crianças e, simultaneamente, um agravamento destes comportamentos resultante de uma resposta educativa desadequada por parte das figuras parentais, (Moffitt, 1993; Rutter & Giller, 1983, cit in Serra, 2006). Assim, conclui-se que variáveis familiares podem serem mediadoras da desviância juvenil, ficando desde já referenciado a necessidade de se encontrar outras variáveis que possam mediar os comportamentos desviantes.

Por último, como questões de investigação pretendeu-se analisar se existiam diferenças significativas ao nível do autocontrole, dos comportamentos desviantes e da percepção da gravidade dos mesmos, entre jovens que já foram detidos e os jovens que nunca foram detidos.

Quanto ao autocontrole, os resultados mostraram claramente que nos grupos dos jovens que já foram detidos há uma menor presença de autocontrole quando comparados com o grupo dos jovens que nunca foram detidos. Estes dados confirmam outros estudos em que ficou demonstrado que indivíduos com menos autocontroles são mais propensos a praticarem comportamentos desviantes.

Por sua vez, relativamente aos comportamentos desviantes, verificou-se que é no grupo dos jovens que já foram alvo de detenções que se registam mais comportamentos desviantes. Estes resultados vão de encontro ao proposto por Farrington (1992), que refere que os comportamentos antissociais, têm grande estabilidade ao longo da vida, salientando que o melhor preditor do comportamento antissocial futuro é o comportamento antissocial passado. Os resultados obtidos são um sinal de alerta em relação a estes jovens, uma vez que mesmo após terem sido alvo de detenção por parte das entidades policiais, continuam a optar pelo caminho da desviância. Espera-se que estes jovens tenham um comportamento antissocial limitado à adolescência, isto é, que tais comportamentos desviantes terminem com a idade adulta (Moffit, 1993). Caso isto não se verifique, estamos perante aquilo a que Moffit (1997) domina como comportamentos antissociais persistentes ao longo da vida, onde os jovens entrarão na vida da delinquência, permanecendo neste estilo de vida mesmo após ter entrado na vida adulta.

Para finalizar, no caso da perceção da gravidade dos comportamentos desviantes, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas, o que significa que não existem diferenças na forma como os jovens percecionam a gravidade dos comportamentos desviantes, quer tenham sido detidos ou não. Na opinião de Chandler (1973) os delinquentes têm uma grande dificuldade em anteciparem o impacto dos seus comportamentos desviantes, o que influencia a perceção do jovem acerca das ações desviantes por si praticados. Corroborando esta ideia, Sutherland e Cressey (1970) referem que poderá haver uma aprendizagem que levará os sujeitos delinquentes a terem uma perceção diferente daquilo que é socialmente reprovável. Seria expectável e o desejado que os jovens que fossem alvo de detenção por parte das entidades policiais ganhassem consciencialização das consequências dos atos cometidos e consequentemente compreendessem a verdadeira e real gravidade dos seus atos. No entanto, os resultados deste estudo não apontam nesse sentido, dando consistência á Teoria das Normas Sociais (Perkins, 2004), que refere que o nosso comportamento pode ser influenciado por perceções incorretas assim como refere existir uma superestimação dos comportamentos problemáticos dos jovens (Trimpop, 1994).

2. Limitações e Futuros Estudos

O presente estudo apresenta algumas limitações que são importantes referir, de modo a compreendermos melhor os resultados obtidos. Desta forma, começa-se por referir que os participantes deste estudo pertenciam à mesma escola, havendo assim pouca diversidade dos participantes em estudo. A par disto, a idade dos participantes também revelou-se pouco diversificada, sendo que todos os participantes apresentavam idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos. Neste sentido, reconhece-se esta limitação, ficando desde já aqui a sugestão de que para futuros estudos fosse interessante recorrer a dois grupos de participantes, um grupo constituído por jovens normativos, o grupo de controlo e outro grupo constituído só por jovens com comportamentos desviantes, o que requeria uma recolha de dados realizada em Centros Educativos do País.

Ainda relativamente aos participantes deste estudo, é importante salientar as diferenças significativas entre o número de jovens pertencentes a grupos formais e o número de jovens pertencentes a grupos informais, sendo que o número dos participantes dos grupos formais é muito baixo quando comparado com os participantes dos grupos informais. Esta questão facilmente se resolve através de uma amostra por conveniência, sugerindo-se desde já futuros estudos com jovens de grupos formais e com jovens de grupos informais.

Tendo sido o tipo de grupo um dos focos principais deste estudo, durante a investigação do mesmo, surgiu a necessidade de se perceber que tipos de grupos informais têm mais e menos comportamentos desviantes. Uma vez que a grande maioria dos adolescentes pertence a um grupo informal e tendo sido já referido como as percepções erróneas dos grupos podem levar a comportamentos de risco e consequentemente à delinquência, surge a necessidade da realização de estudos no sentido de compreender as crenças e percepções sobre a conduta desviante e tentar perceber de que forma os grupos, nomeadamente os grupos informais, poderão ter um valor determinante na alteração de percepções erróneas. Neste sentido, seria interessante a realização de um estudo experimental, que consistisse na intervenção com jovens desviantes, que tivesse como base a reconstrução de crenças e valores, de forma a reduzir as percepções erróneas sobre a gravidade dos comportamentos desviantes, fazendo com que os jovens pensassem duas vezes antes de realizarem um comportamento desviante.

3.Considerações Finais

Com a realização deste estudo parece ter ficado demonstrado como o grupo de pares influencia o desenvolvimento do indivíduo, podendo abrir caminho para uma conduta desviante e quem sabe para uma trajetória delinquente. Assim, não é totalmente descabido quando se diz “*diz-me com quem andas e dir-te-ei quem és*”, no entanto, este ditado não pode ser sempre levado á letra. Da mesma forma que ficou comprovado como o autocontrolo, ou melhor dizendo, a falta de autocontrolo pode originar condutas desviantes por parte dos jovens e que a percepção da gravidade dos comportamentos desviantes medeia de forma parcial a relação entre o autocontrolo e os comportamentos desviantes.

Introduzindo-se uma nova temática na área da desviância juvenil, nomeadamente a percepção da gravidade dos comportamentos desviantes, os dados obtidos permitiram de certa maneira compreender a forma como os jovens percecionam a gravidade dos comportamentos desviantes de acordo com a sua pertença a um tipo de grupo. No entanto, existe um vazio na literatura sobre este tema, pelo que se considera que este estudo deve dar impulso a outros estudos, de forma a se compreender melhor as percepções dos jovens desviantes, sendo que essa compreensão poderá fornecer pistas ao nível da intervenção com estes jovens. A criação e utilização da escala de percepção da gravidade dos comportamentos desviantes, sendo que esta foi adaptada através da Escala de Comportamentos Desviantes (Sanches & Gouveia-Pereira, 2013), apesar de não sido feita qualquer validação da escala, revelou boas qualidades psicométricas e pode vir a revelar-se uma boa ferramenta na área do estudo das percepções da gravidade dos comportamentos desviantes.

Tendo sido constatado que a percepção da gravidade dos comportamentos desviantes pode determinar a prática dos mesmos, é necessário a criação de programas de intervenção que visem uma modificação das crenças erróneas que os adolescentes possuem acerca da gravidade das suas condutas desviantes. Talvez mais importante do que a punição dos jovens e consequentemente enviar os jovens delinquentes para centros educativos, é a intervenção ao nível das suas crenças distorcidas, tentando consciencializá-los para as consequências negativas das suas ações desviantes. No entanto, a desviância juvenil não é só determinada por esta variável, pelo que cada adolescente que apresente condutas desviantes deve ser alvo de uma intervenção ajustada e direcionada para o seu caso específico, devendo a intervenção ocorrer precisamente nas áreas que revelem ser causadoras dos comportamentos desviantes por parte do adolescente, como por exemplo, na reconstrução das suas crenças e valores.

Uma outra consideração importante é mencionar que acima de tudo este estudo permite concluir que é errado associarmos comportamentos negativos e desviantes somente a grupos informais. Como se constatou através dos resultados obtidos, também nos grupos informais existe a prática de condutas desviantes. É necessário abandonar a ideia do estereótipo social das ideias pré-concebidas em relação aos aspetos negativos dos grupos informais.

Como último parágrafo importa referir que este estudo assim como qualquer outro estudo não permite perceber a globalidade da desviância juvenil. Trata-se de um fenómeno multifatorial, que exige os conhecimentos de várias disciplinas. Aliás um aspeto importante do presente estudo é ter sido demonstrado como variáveis sociais (grupo de pares) e variáveis individuais (autocontrolo) podem determinar a prática de comportamentos desviantes por parte dos jovens, pelo que para compreendermos no seu todo o fenómeno delinquencial devemos ter sempre em consideração o seu carácter multifatorial.

Referências

- Agnew, R. (1985). Social control theory and delinquency: A longitudinal teste. *Criminology*, 23, 47-72.
- Agra, C., & Matos, A. (1997). *Trajectórias desviantes*. Lisboa: Ministério da Justiça.
- Alarcão, M. (2006). *(Des)Equilíbrios Familiares: Uma Visão Sistémica* (3ª ed.). Coimbra: Quarteto.
- Alves-Martins, M. (1998). Dinâmica de escola e identidades sociais. In M. Alves-Martins (Ed.), *Actas do IX colóquio de psicologia e educação* (pp. 43-49). Lisboa: ISPA.
- Barroso, T., Mendes, A. & Barbosa, A. (2010). Os meus colegas bebem álcool? Consumo e percepção do consumo em adolescentes – estudo realizado com estudantes do 3º ciclo e escolas públicas de Coimbra. *Psychological*, 52, (2), 673-686.
- Blaske, D., Borduin, C., Henggeler, S. & Mann, B. (1989). Individual, Family and Peer Characteristics of Adolescent Sex Offenders and Assaultive Offenders. *Developmental Psychology*, 5, 846 – 855.
- Born, M. (2005). *Psicologia da delinquência*. Lisboa: Climepsi.
- Bueno, C., Strelhow, M. & Câmara, S. (2010). *Inserção em Grupos Formais e Qualidade de Vida entre Adolescentes*. Scielo, 3, 311-320.
- Carrilho, L. – *Influências familiares no desenvolvimento de trajectórias desviantes em adolescentes institucionalizados*. Porto: [s.n.] 2001. Universidade do Porto. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Centro de ciências do comportamento desviante. Tese de doutoramento.
- Carroll, A., Green, S., Houghton, S., & Wood, R. (2003). Reputation Enhancement and Involvement in Delinquency Among High School Students. *Internacional Journal of Disability, Development and Education*, 50, (3), 253-273.
- Carroll, A., Hattie, J., Durkim, K., & Houghton, S. (2001). Goal-setting reputation enhancement : Behavioral choices among delinquent, at-risk and not at-risk adolescents. *Legal and Criminological Psychology*, 6, 165-184.

- Carvalho, M. (2003). *Entre as malhas do desvio. Jovens, espaços, trajetórias e delinquência*. Editora Celta.
- Choon, L., Hasbullah, M., Ahmad, S. & Ling, W. (2013). Parental Attachment, Peer Attachment and Delinquency among Adolescents in Selangor, Malaysia. *Asian Social Science*, 15, 214 – 219.
- Emler, E. & Reicher, S. (1995). *Adolescence and Delinquency*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Erikson, E. (1972). *Identidade, Juventude e Crise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Eysenck, H., & Gudjonsson, G. (1989). *The causes and cures of criminality*. New York: Plenum Press.
- Farrington, D.P. (1992). Juvenile delinquency. In. J. C. Coleman (Ed.), *The School Years*, (2nd ed., pp. 123-163). London, UK : Routledge.
- Farrington, D. P. (1993). Childhood origins of teenage antisocial behavior and adult social dysfunction. *Journal of the Royal Society of Medicine*, 86, 13-17.
- Feijó, R. B., & Oliveira, E.A. (2001). Comportamentos de risco na adolescência. *Jornal de Pediatria*, 77, (2), 125-134.
- Fergusson, D. & Horwood, L. (1996). The role adolescent peer affiliations in the continuity between childhood behavioral adjustment and juvenile offending. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 2, (2), 205-221.
- Fergusson, D. M., & Horwood, L. J. (2002). Male and female offending trajectories. *Development and Psychopathology*, 14, 159-177.
- Ferreira, P. (1997). Delinquência juvenil, família e escola. *Análise Social*, 21, 913-924.
- Gomes, H. (2013). *A Desviância Juvenil em Família: o Autocontrolo como Mediador da Relação entre o Funcionamento Familiar e o Comportamento Desviante dos Adolescentes*. Tese de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Gottfredson, M. & Hirschi, T. (1990). *A General Theory of Crime*. Stanford: Stanford University Press.

- Gouveia-Pereira, M. (1995). *A percepção do papel do grupo de pares nas tarefas de desenvolvimento em adolescentes e pais*. Dissertação de Mestrado, não publicada, Lisboa: ISPA.
- Gouveia-Pereira, M. (1998). Os adolescentes e os pais: Diferentes percepções acerca do grupo de pares. In M. Alves-Martins (Ed.), *Actas do IX colóquio de psicologia da educação* (pp. 71-97). Lisboa: ISPA.
- Gouveia-Pereira, M. (2008). *Percepções de Justiça na Adolescência: a escola e a legitimação das autoridades institucionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Gouveia-Pereira, M., Pedro, I., Amaral, V., Martins-Alves, M., & Peixoto, F. (2000). Dinâmicas grupais na adolescência. *Análise Psicológica*, 2, (18), 191-201.
- Hansen, W. B.(1993). School-Based Alcohol Prevention Programs. *Alcohol Research and Health*, 17, (1), 54-60.
- Hirschi, T. (2002). *Causes of delinquency*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Hirschi, T. (2004). Self-control and crime. In R. Baumeister & K. Vohs. (Eds.) *Handbook of self-regulation : research, theory, and applications* (pp.537-552). New-York : Guilford Press.
- Jones, S. (2009). *Criminology*. Oxford: Oxford University Press.
- Lachman, P., Roman, C., & Cahill, M. (2013). Assessing youth motivations for joining a peer group as risk factors for delinquent and gang behavior. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 11, (3), 212-.229.
- Lee, C., Su, Y., & Hazard, B. (1998). The contingent effects of risk perception on risk-taking behavior : adolescent participative orientation and marijuana use. *Journal of Youth and Adolescence*, 27, (1), 17-27.
- Lykken, D. (1995). *The antisocial personalities*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Inc. Publisher.

- Maia, J. & Williams, L. (2005) Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em psicologia*, 13, 91-103.
- Marôco, J. (2010). *Análise estatística com o PASW (ex-SPSS)* (4ª Ed.). Pêro Pinheiro: Report Number.
- Martins, J. & Gomes, P. (2011). Identidade, desvio e reputação no grupo de pares. *Antropológicas*, 12, 67 -73.
- Matos, M. (1996). Adolescer e Delinquir. *Análise Psicológica*, 1, 23-29.
- Mazzerolle, P., Brame, R., Paternoster, R., Piquero, A., & Dean, C. (2000). Onset age and offending versatility: Comparison across gender. *Criminology*, 38, (4), 1143-1172.
- Moffitt, T. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100, 674–701.
- Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis: trajetórias, intervenções e prevenção* (2ª ed). Lisboa: Notícias.
- Page, R. M., Scanlan, A. & Gilbert, L. (1999). Relationship of the Estimation of Binge-Drinking Among College Students and Personal Participation in Binge Drinking: Implications for Health Education and Promotion. *Health Education*, 30, 98-103.
- Palmonari, A., Pombeni, M. L., & Kirchler, E. (1990). Adolescents and their peer groups: A study on the significance of peers, social categorisation process and coping with developmental tasks. *Social Behaviour*, 5, 33-49.
- Palmonari, A. , Kirchler, E., & Pombeni, M. L. (1991). Differential effects of identification with family and peers on coping with developmental tasks in adolescence. *European Journal of Social Psychology*, 21, 381-402.
- Palmonari, A., Pombeni, M. L., & Kirchler, E. (1992). Evolution of the self-concept in adolescence and social categorisation processes. *European Review of Social Psychology*, 381-402.

- Paulino, J., & Lopes, R. (2010). Relação entre percepção e comportamento de risco e níveis de habilidades cognitivas em um grupo de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30, (4), 752-765.
- Pechorro, P. (2011). *Delinquência juvenil: Estudo de algumas variáveis psicológicas e relacionais com ênfase nos traços psicopáticos*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Peixoto, J. (2003). *Auto-estima, autoconceito e dinâmicas relacionais em contexto escolar*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga.
- Pereira, A. (2006). *Guia Prático de Utilização do SPSS: Análise de dados para as ciências e psicologia* (6ª ed., Ed. rev.). Lisboa: Sílabo.
- Perkins, H. W., Meilman, P. W., Leichliter, J. S., Cashin, J. R. & Presley, C. A. (1999). Misperceptions of the norms for the frequency of alcohol and other drug use on college campuses. *Journal of American College Health*, 47, 253-258.
- Perkins, H. W. (2003). *The Social Norms Approach to Preventing School and College Age Substance Abuse. A handbook for Educators, Counselors and Clinicians*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Perkins, H. W. (2007). Misperceptions of peer drinking norms in Canada: Another look at the “reign of error” and its consequences among college students. *Addictive Behaviors*, 32, (11), 2645-2656.
- Prentice, D. A. & Miller, D. T. (1993). Pluralistic Ignorance and Alcohol Use on Campus: Some Consequences of Misperceiving the Social Norm. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64, (2), 243-256.
- Sampaio, D. (1994). *Vozes e Ruídos: Diálogos com Adolescentes* (4ª ed.). Lisboa: Caminho.
- Sanches, C. & Gouveia-Pereira, M. (2010). Julgamentos de justiça em contexto escolar e comportamentos desviantes na adolescência. *Análise Psicológica*, 1 (28), 71-84.
- Sanches, C. & Gouveia- Pereira, M. (2013). *Construção e Validação da Escala de Comportamentos Desviantes*. Manuscript in preparation.

- Sherif, M. (1966). *Group conflict and cooperation: Their social psychology*. London : Routledge Kegan.
- Simões, M. (2007). *Comportamentos de risco na adolescência*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Steffian, G. (1999). Correction of Normative Misperceptions: An Alcohol Abuse Prevention Program. *Journal of Drug Education*, 29, (2), 115-138.
- Sutherland, E. H. (1939). *Principles of criminology*. Chicago, Lippincott.
- Sussman, S., Pokhrela, P., Ashmore, R. & Brown, B. (2007). Adolescent peer group identification and characteristics: A review of the literature. *Elsevier*, 8, 1602–1627.
- Tajfel, H. (1982). Social Psychology of intergroup relations. *Annual Review of Psychology*, 33, 1-39.
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa : Livros Horizonte.
- Trimpop, R. M. (1994). *The psychology of risk taking behavior*. North-Holland: Elsevier Science.

Anexos

Anexo A: Estatística Descritiva das Variáveis em estudo

Tabela A1

Estatística de Frequência Segundo o Meio Familiar

	Frequência	Porcentagem
Pai, Mãe e Irmãos	111	62,4
Mãe	34	19,1
Pai	10	5,6
Avós	4	2,2
Outros	12	6,7
Total	178	100

Anexo B: Análise das Qualidades Psicométricas dos Instrumentos em Estudo

Tabela B1

Estatística Descritiva da Escala de Autocontrole

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Assimetria (Skewness)	Achatamento (Kurtosis)
Escala de Autocontrole	25	72	49.08	9.361	.044	.603

Tabela B2

Estatística Descritiva da Escala de Identificação ao Grupo

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Assimetria (Skewness)	Achatamento (Kurtosis)
Identificação ao Grupo	3	7	5.53	.877	-1.101	.502

Tabela B3

Estatística Descritiva da Escala de Comportamentos Desviantes

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Assimetria (Skewness)	Achatamento (Kurtosis)
Escala de Comport. Desviantes	0	17	4	3.639	1.277	1.116

Tabela B4

Estatística Descritiva da Escala de Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Assimetria (Skewness)	Achatamento (Kurtosis)
Escala de Percepção	1	5	3.52	1.057	-1.027	.135

Anexo C: Análise Fatorial dos Instrumentos em Estudo

Tabela C1

Teste de Validade da Análise Factorial (KMO) para a Escala de Autocontrolo

Kaiser-Meyer-Olkin (KMO)	.748
--------------------------	------

Teste de Esfericidade de Barlett	Qui-Quadrado Aproximado	1038.647
	<i>g.l.</i>	276
	<i>p</i>	.000

Tabela C2

Teste de Validade da Análise Factorial (KMO) para a Escala de Identificação ao Grupo

Kaiser-Meyer-Olkin (KMO)	.761
--------------------------	------

Teste de Esfericidade de Barlett	Qui-Quadrado Aproximado	633.516
	<i>g.l.</i>	15
	<i>p</i>	.000

Tabela C3

Teste de Validade da Análise Factorial (KMO) para a Escala de Comportamentos Desviantes

Kaiser-Meyer-Olkin (KMO)	.836
--------------------------	------

Teste de Esfericidade de Barlett	Qui-Quadrado Aproximado	1062.026
	<i>g.l.</i>	171
	<i>p</i>	.000

Tabela C4

Teste de Validade da Análise Factorial (KMO) para a Escala de Percepção da Gravidade dos Comp. Desvi.

Kaiser-Meyer-Olkin (KMO)	.952
--------------------------	------

Teste de Esfericidade de Barlett	Qui-Quadrado Aproximado	3434.102
	<i>g.l.</i>	171
	<i>p</i>	.000

Anexo D: Testes à Normalidade das Distribuições

Tabela D1

Teste à Normalidade das Distribuição para as Escalas em Estudo

Escalas	N	Kolgomorov-Smirnov ^a	
		<i>Estatística</i>	<i>p</i>
Comportamentos Desviantes	178	,185	,000 ^c
Autocontrolo	178	,056	,200 ^{c,d}
Perceção da Gravidade	178	,154	,000 ^c
Identificação ao Grupo	174	,180	,000 ^c

^a. Correlação de Significância de Liliefors

Anexo E: Autorização dos Encarregados de Educação



FORMULÁRIO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, _____, aluno(a), nº _____, da turma _____, do _____º ano, declaro que aceito participar no estudo que está a ser desenvolvido por Joana Rita Cardoso Ferreira, aluna do Mestrado Integrado em Psicologia Clínica, do Instituto Superior de Psicologia Aplicada – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, no âmbito da dissertação sobre Comportamentos Desviantes.

Tomei conhecimento que o meu anonimato será garantido, assim como os meus dados manter-se-ão confidenciais.

A Investigadora

O Aluno(a)

(Joana Ferreira)

(Assinatura)

_____, _____ de _____ de 2016

Anexo F: Autorização dos Alunos



FORMULÁRIO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, _____, Encarregado de Educação do(a) aluno(a) _____, nº _____, da turma ____, do _____º ano, declaro que autorizo o meu educando(a) a participar no estudo que está a ser desenvolvido por Joana Rita Cardoso Ferreira, aluna do Mestrado Integrado em Psicologia Clínica, do Instituto Superior de Psicologia Aplicada – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, no âmbito da dissertação sobre Comportamentos Desviantes.

Tomei conhecimento que o anonimato do meu educando(a) será garantido, assim como os dados manter-se-ão confidenciais.

A Investigadora

O Aluno(a)

(Joana Ferreira)

(Assinatura)

_____, _____ de _____ de 2016

Anexo G: Estatística Descritiva dos Tipos de Grupo

Tabela G1

Estatística de Frequência Segundo o Tipo de Grupo

	Frequência	Porcentagem
Informal	142	79,8
Formal	25	14,0
Nenhum	11	6,2
Total	178	100

Tabela G2

Estatística de Frequência Segundo a Pertença a um Tipo de Grupo

	Frequência	Porcentagem
Grupo de amigos da escola	53	29,8
Grupo de amigos de turma	36	20,2
Grupo do bairro	20	11,2
Grupo Desportivo	20	11,2
Outros	16	9,0
Nenhum	11	6,2
Grupo de colegas da escola	11	6,2
Grupo religioso	4	2,2
Grupos dos ganzas	3	1,7
Grupo musica	2	1,1
Grupo hippies	1	,6
Grupo dos Fumadores	1	,6
Nenhum	11	6,2
Total	178	100

Anexo H: Estatística Descritiva dos Comportamentos Desviantes

Tabela H1

Estatística de Frequência dos Comportamentos Desviantes

N.º Comport. Desviantes Realizados	Frequência	Porcentagem
0	20	11,2
1	27	15,2
2	33	18,5
3	21	11,8
4	21	11,8
5	11	6,2
6	10	5,6
7	6	3,4
8	6	3,4
9	5	2,8
10	2	1,1
11	4	2,2
12	6	3,4
13	1	,6
14	4	2,2
17	1	,6
Total	178	100

Tabela H2

*Estatística de Frequência dos Comportamentos**Desviantes Realizados em Grupo e Sozinhos*

Item	Frequência	
	Em Grupo	Sozinho
1	25	5
2	30	107
3	4	1
4	6	8
5	6	8
6	72	52
7	26	5
8	45	13
9	9	9
10	16	17
11	4	3
12	25	25
13	69	28
14	21	11
15	5	3
16	9	22
17	30	40
18	22	7
19	7	4
Total	431	368

Tabela H3

Estatística Descritiva dos Três Comportamentos Desviantes mais Realizados em Grupo

		N	Média	Desvio Padrão
Andar de Transportes Públicos sem Pagar Bilhete	Sozinho	25	4,56	3,441
	Em Grupo	45	5,49	5,49
Faltar às Aulas para Ficar com os Colegas	Sozinho	21	5,05	3,457
	Em Grupo	62	5,60	3,573
Consumir Haxixe ou Marijuana	Sozinho	2	6,50	2,121
	Em Grupo	34	7,12	4,013

Tabela H4

Teste t-Student para as Diferenças Segundo o tipo de Comportamento Desviante Praticado e a Prática desse Comportamento Sozinho e em Grupo

		Teste de Levene: Homogeneidade das Variâncias		Teste t-Student para Homogeneidade das Médias		
	Homogeneidade das Variâncias	F	p	t	g.l.	p
Andar de Transportes Públicos sem Pagar Bilhete	Assumida	0,040	0,843	-1,044	68	0,300
	Não Assumida			-1,061	52,063	0,294
Faltar às Aulas para Ficar com os Colegas	Assumida	0,156	0,694	-0,614	81	0,541
	Não Assumida			-0,624	35,573	0,537
Consumir Haxixe ou Marijuana	Assumida	1,560	0,220	-0,214	34	0,832
	Não Assumida			-0,374	1,463	0,755

Tabela H5

Estatística Descritiva dos Três Comportamentos Desviantes mais Realizados Sozinhos

		N	Média	Desvio Padrão
Mentir a Adultos	Sozinho	91	4,60	3,577
	Em Grupo	14	5,93	4,480
Andar de Transportes Públicos sem Pagar Bilhete	Sozinho	25	4,56	3,441
	Em Grupo	45	5,49	5,49
Roubar alguma coisa que Valia menos de 5 €	Sozinho	29	7,28	3,936
	Em Grupo	19	5,58	2,341

Tabela H6

Teste t-Student para as Diferenças Segundo o tipo de Comportamento Desviante Praticado e a Prática desse Comportamento Sozinho e em Grupo

		Teste de Levene: Homogeneidade das Variâncias		Teste t-Student para Homogeneidade das Médias		
	Homogeneidade das Variâncias	F	p	t	g.l.	p
Mentir a Adultos	Assumida	1,960	0,164	-1,245	103	0,216
	Não Assumida			-1,055	15,654	0,307
Andar de Transportes Públicos sem Pagar Bilhete	Assumida	0,040	0,843	-1,044	68	0,300
	Não Assumida			-1,061	52,063	0,294
Roubar alguma coisa que Valia menos de 5 €	Assumida	8,846	0,005	1,690	46	0,098
	Não Assumida			1,871	45,682	0,068

Tabela H7

Estatística de Frequência de Jovens Detidos

Detenção	Frequência	Porcentagem
Sim	31	17,4
Não	147	82,6
Total	178	100

Anexo I: Análise Estatística entre o Tipo de Grupo e os Comportamentos Desviantes

Tabela I1

Teste t-Student para as Diferenças Entre os Tipos de Grupo e os Comportamentos Desviantes

	Teste de Levene: Homogeneidade das Variâncias			Teste t-Student para Homogeneidade das Médias		
	Homogeneidade das Variâncias					
	Homogeneidade das Variâncias	F	p	t	g.l.	p
Comportamentos Desviantes	Assumida	0,670	0,414	0,786	165	0,433
	Não Assumida			0,889	37,123	0,380

Tabela I2

Estatística Descritiva dos Comportamentos Desviantes Segundo os Tipos de Grupo

	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Formal	25	4,64	3,147	1	12
Informal	142	4,81	3,753	0	17

Anexo J: Análise Estatística entre o Tipo de Grupo e a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes

Tabela J1

Teste t-Student para as Diferenças Entre o Tipo de Grupo e a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes

	Teste de Levene: Homogeneidade das Variâncias			Teste t-Student para Homogeneidade das Médias		
	Homogeneidade das Variâncias	F	p	t	g.l.	p
Comportamentos Desviantes	Assumida	0,186	0,667	0,150	165	0,881
	Não Assumida			0,145	32,046	0,886

Tabela J2

Estatística Descritiva dos Comportamentos Desviantes Segundo os Tipos de Grupo

	N	Média	Desvio Padrão
Formal	25	3,59	1,068
Informal	142	3,55	1,012

Anexo K: Análise Estatística entre a Identificação ao Grupo e os Comportamentos Desviantes

Tabela K1

Estatística de Frequência Segundo a Identificação ao Grupo

	Frequência	Porcentagem
Baixa Identificação	39	22,4
Alta Identificação	135	77,6
Total	174	100

Tabela K2

Estatística Descritiva dos Comportamentos Desviantes em Função do Tipo de Grupo e da Identificação ao Grupo

Identificação Grupal	Tipo de Grupo	Média	Desvio Padrão	N
Baixa	Formal	4,00	2,828	2
	Informal	3,50	3,847	34
	Total	3,77	3,950	39
Alta	Formal	4,93	2,826	23
	Informal	6,20	3,738	107
	Total	6,11	3,582	135
Total	Formal	4,64	3,147	25
	Informal	4,81	3,753	142
	Total	4,79	3,659	174

Tabela K3

ANOVA Two-way para os Comportamentos Desviantes em Função do Tipo de Grupo e da Identificação ao Grupo

Fonte	Tipo III Soma dos Quadrados	g.l.	Média dos Quadrados	F	p
Identificação ao Grupo	56,018	1	56,018	4,223	,038
Tipo de Grupo	34,791	2	17,395	1,311	,272
Identificação ao Grupo * Tipo de Grupo	105,032	2	52,516	3,959	,047
Erro	2228,497	168	13,265		
Total	2424,338	173			

Anexo L: Análise Estatística entre o Autocontrole e os Comportamentos Desviantes

Tabela L1

Análise das Correlações de Pearson entre o Autocontrole e os Comportamentos Desviantes

Associação		Comportamentos Desviantes
Autocontrole	<i>Estatística</i>	-.342
	<i>p</i>	.001

Anexo M: Análise Estatística Referente à Mediação entre o Autocontrole e a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes

Tabela M1

Sumário do Modelo de Regressão Linear entre o Autocontrole e a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,209	,044	,038	1,037

Tabela M2

ANOVA da Regressão Linear entre o Autocontrole e a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes

Modelo		Soma dos Quadrados	g.l.	Média dos Quadrados	F	p
1	Regressão	8,612	1	8,612	8,012	,005
	Residual	189,175	176	1,075		
	Total	197,787	177			

Tabela M3

Coefficientes da Regressão Linear entre o Autocontrole e a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Delinquentes

Modelo		Coeficientes não Estandarizados		Coeficientes Estandarizados	t	p
		B	Erro Padrão	Beta		
1	(Constante)	1,834	,600		3,057	,003
	Autocontrole	,571	,202	,209	2,831	,005

Tabela M4

Sumário do Modelo de Regressão Linear entre o Autocontrole e os Comportamentos Desviantes

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,342	,117	,112	3,429

Tabela M5

ANOVA da Regressão Linear entre o Autocontrole e os Comportamentos Desviantes

Modelo		Soma dos Quadrados	g.l.	Média dos Quadrados	F	p
1	Regressão	274,828	1	274,828	23,376	,000
	Residual	2069,172	176	11,757		
	Total	2344,000	177			

Tabela M6

Coefficientes da Regressão Linear entre o Autocontrole e os Comportamentos Delinquentes

Modelo		Coeficientes não Estandarizados		Coeficientes Estandarizados	t	p
		B	Erro Padrão	Beta		
1	(Constante)	13,514	1,985		6,810	,000
	Autocontrole	-3,227	,668	-,342	-4,835	,000

Tabela M7

Sumário do Modelo de Regressão Linear entre e a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes e os Comportamentos Desviantes

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,319	,102	,097	3,458

Tabela M8

ANOVA da Regressão Linear entre e a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes e os Comportamentos Desviantes

Modelo		Soma dos Quadrados	g.l.	Média dos Quadrados	F	p
1	Regressão	239,102	1	239,102	19,992	,000
	Residual	2104,898	176	11,960		
	Total	2344,000	177			

Tabela M9

Coefficientes da Regressão Linear entre e a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes e os Comportamentos Desviantes

		Coeficientes não Estandarizados		Coeficientes Estandarizados	t	p
Modelo		B	Erro Padrão	Beta		
1	(Constante)	7,869	,903		8,712	,000
	Autocontrole	-1,099	,246	-,319	-4,471	,000

M10

Output das Correlações do Modelo de Regressão Linear entre o Autocontrole, a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes e os Comportamentos Desviantes

		Autocontrole	Percepção	Comportamentos
Coeficiente de Correlação de Pearson	Autocontrole	1	-,342	,209
	Percepção	-,342	1	-,319
	Comportamentos	,209	-,319	1
p	Autocontrole	-	,000	,005
	Percepção	,000	-	,000
	Comportamentos	,005	,000	-

Tabela M11

Sumário do Modelo de Regressão Linear entre o Autocontrole, a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes e os Comportamentos Desviantes

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,342	,117	,112	3,429

Tabela M12

ANOVA da Regressão Linear entre o Autocontrole, a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes e os Comportamentos Desviantes

Modelo		Soma dos Quadrados	g.l.	Média dos Quadrados	F	p
1	Regressão	274,828	1	274,828	23,376	,000
	Residual	2069,172	176	11,757		
	Total	2344,000	177			

Tabela M13

Coefficientes da Regressão Linear entre o Autocontrole, a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes e os Comportamentos Desviantes

Modelo		Coeficientes não Estandarizados		Coeficientes Estandarizados	t	p
		B	Erro Padrão	Beta		
1	(Constante)	13,514	1,985		6,810	,000
	Autocontrole	-3,227	,668	-,342	-4,835	,000

Tabela M14

Variáveis excluídas da Regressão Stepwise entre o Autocontrole, a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes e os Comportamentos Desviantes

Modelo		Beta In	t	p	Correlação parcial	Colinearidade Tolerância
1	Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes	-,259	-3,707	,000	-,270	,956

Anexo N: Análise Estatística para as Diferenças entre o Número de Jovens Detidos e o Autocontrolo, os Comportamentos Desviantes e a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes

Tabela N1

Teste t-Student para as Diferenças Segundo o Autocontrolo, Comportamentos Desviantes e a Percepção da Gravidade dos Comportamentos Desviantes

	Teste de Levene: Homogeneidade das Variâncias			Teste t-Student para Homogeneidade das Médias		
	Homogeneidade das Variâncias	F	p	t	g.l.	p
Autocontrolo	Assumida	.008	.929	2.119	176	.035
	Não Assumida			2.254	46.600	.029
Comportamentos Desviantes	Assumida	20.008	.001	7.220	140	.001
	Não Assumida			5.269	26.594	.001
Percepção da Grav. dos Comport. Desviantes	Assumida	.904	.343	-1.035	140	.302
	Não Assumida			-1.200	39.210	.237